

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**CRISTIANO DA SILVA DE LIMA**

UPP MORRO DA MINEIRA: entre o medo e a esperança havia mais que um guindaste

RIO DE JANEIRO

2023

Cristiano da Silva de Lima

UPP MORRO DA MINEIRA: entre o medo e a  
esperança havia mais que um guindaste

Dissertação apresentada ao curso Maestria Estado,  
Gobierno y Politicas Públicas da Faculdade Latino  
Americana de Ciências Sociais/FLACSO e  
Fundação Perseu Abramo, como parte dos  
requisitos necessários para obtenção do título de  
Magister em Estado, Gobierno y Políticas  
Públicas.

Orientador Prof. Dr. Otávio Dias de Souza Ferreira.

Rio de Janeiro  
2023

## Ficha Catalográfica

LIMA, Cristiano da Silva.

UPP Morro da Mineira: entre o medo e a esperança havia mais que um guindaste. Cristiano da Silva de Lima; Rio de Janeiro: FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas: 99.

Dissertação (Magister em Estado, Gobierno y Políticas Públicas) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestria Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientador: Otávio Dias de Souza Ferreira

Cristiano da Silva de Lima

UPP MORRO DA MINEIRA: entre o medo e a esperança havia mais que um guindaste.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovado em 23 de janeiro de 2023.

---

Prof. Dr. Otávio Dias de Souza Ferreira  
FLACSO-Brasil

---

Prof. Dr. Frederico Castelo Branco Teixeira  
Núcleo de Estudos da Violência-USP

---

Profa. Dra. Josemeire Alves Pereira  
FLACSO-Brasil

---

Prof. Dr. Alan Fernandes (suplente)  
Fundação Getúlio Vargas e Centro de Altos Estudos de Segurança PMESP

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir e entender a complexidade da questão da política de Segurança Pública das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que trouxe a reboque a esperança de igualdade entre morro e asfalto. Este modelo de política de Segurança, novo no Estado do Rio, implementado em 2008 e iniciado em 2009 tinha, entre seus objetivos, a recuperação de território, uma polícia mais próxima do morador de favela e, ainda, abrir caminho e garantir serviços públicos e privados à comunidade. O modelo trouxe expectativas da favela ao asfalto, pois, desde o início, houve um excesso de propagandas otimistas. As ocupações eram pacíficas, sem enfrentamento, executadas com planejamento e anúncio prévio. Este anúncio provocava o esvaziamento da população criminosa do local, evitando confrontos. Se a nova política de Segurança Pública - UPP - trouxe esperança à população do Estado, esta esperança ganhou mais força na população da favela. Esta dissertação trabalha o esperar do morador de favela em relação ao projeto UPP, usando como laboratório de análise a comunidade do Morro da Mineira, no Complexo de São Carlos, com entrevistas com moradores que vivenciaram a construção do modelo de Segurança Pública - UPP, iniciado em 2011, a décima sétima UPP instalada no Estado. Seu fim prematuro deu-se em 2018 e gerou frustração e medo.

**Palavras chave:** Segurança Pública, Políticas Públicas, Polícia, Política Urbana, Política Criminal.

## **ABSTRACT**

This work discusses the complexity of the Public Security policy of the Pacifying Police Units (UPP), which brought hopes of equality between the hill and the asphalt. This model of security policy, new in the State of Rio, implemented in 2008 and started in 2009, had, among its objectives, the recovery of territory, a police closer to the slum dweller and, still, to pave the way and guarantee public services and private to the community. The model brought expectations from the favela to the asphalt, since, from the beginning, there was an excess of optimistic advertisements. The occupations were peaceful, without confrontation, carried out with planning and prior announcement. This announcement caused an emptying of the local criminal population, thus avoiding confrontations. If the new Public Security policy - UPP - brought hope to the population of the State, this hope gained more strength in the population of the favela. In this dissertation, I work on the hope of favela residents in relation to the UPP project, working as a laboratory for analysis in the community of Morro da Mineira in the Complexo de São Carlos, interviewing residents who experienced the entire construction of the Public Security model - UPP, started in 2011, being the seventeenth UPP installed in the State. Its premature end took place in 2018, generating a “mix” of frustration and fear.

**Keywords:** Public Security, Public Policies, Police, Urban policy, Criminal policy.

## **LISTA DE SIGLAS**

UPP: Unidade de polícia pacificadora  
FV: Falange vermelha  
CLT: consolidação das leis trabalhistas  
PM: polícia militar  
BRT: bus rapid transit  
LAV: laboratório de análise da violência  
CeSEC: centro de estudos de segurança e cidadania  
ISP: instituto de segurança pública  
CPI: comissão parlamentar de inquérito  
UERJ: universidade do Estado do Rio de Janeiro  
ADA: amigos dos amigos  
CV: comando vermelho

## SUMÁRIO

INDICE DE FIGURAS .....	9
INTRODUÇÃO .....	10
NOTAS METODOLÓGICAS .....	12
CAPÍTULO 1. SOBRE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICAS .....	15
1.1. Entendendo Política Pública .....	15
1.2. Política de segurança pública .....	17
CAPÍTULO 2. UMA NOVA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA .....	27
2.1. Urbanização do Rio de Janeiro.....	31
2.2. Segregação sócio espacial na metrópole carioca.....	35
2.3. A cidade perde a égide quando o assunto é território .....	39
2.4. Luz ou tiroteio no fim do túnel.....	46
2.5. A estratégia de quebrar o estereótipo.....	54
2.6. Desdobramentos.....	56
2.7. Do contêiner à torre blindada, um retrocesso.....	58
2.8. Faltou empatia do Estado com o policial e deste com a favela .....	59
2.9. Os cinco pilares de areia.....	65
CAPÍTULO 3. UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA COMO EXPERIÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA NO RIO DE JANEIRO: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA.....	67
3.1. Uma história de luta por sobrevivência.....	68
3.2. Na ausência de políticas públicas o que sobre é a polícia.....	70
3.3. A polícia sem sirene é a mesma com fuzil.....	72
3.4. Alô, povão, agora é sério, chegou a hora.....	77
3.5. A roseira não é feita só de espinhos.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92
ANEXO 1.....	101



## INDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Manifestação de professores em greve é reprimida com bombas de gás, balas de borracha, cães e cassetete.....	26
Figura 2 - Moradores da Rocinha sofrem com esgoto a céu aberto há mais de 50 anos.....	28
Figura 3 - Charge publicada na Revista Ilustrada, n° 646, fev, 1893 .....	30
Figura 4 - Todos Negros.....	32
Figura 5 - Muro que separa linha vermelha de favela ganha painéis das Olimpíadas .....	36
Figura 6 - Trecho da Linha Vermelha Adesivados.....	37
Figura 7 - Michael Jackson gravou clipe no Morro Dona Marta em 1996 .....	40
Figura 8 - No Santa Marta, lage possui teto retrátil com controle remoto .....	46
Figura 9 - Complexo do Alemão: Torre blindada .....	53
Figura 10 - Foto da Estátua de Michael Jackson com um fuzil no Morro Dona Marta viraliza .....	56
Figura 11 - Após fuzil, foto de Michael Jackson aparece com boné da polícia militar.....	56
Figura 12 - Traficantes ostentam fuzis dentro da piscina olímpica de Honório Gurgel .....	58
Figura 13 - Mapa da Marquês de Sapucaí .....	61
Figura 14 - O Plano de invasão e seus desdobramentos.....	71
Figura 15 - Guerra da Mineira.....	71
Figura 16 - Base UPP na Mineira.....	73
Figura 17 - Distância entre o Morro da Mineira e o Centro Municipal de Saúde na Cruz Vermelha .....	76
Figura 18 - Distância entre o Morro da Mineira e o Centro Municipal de Saúde na Cidade Nova .....	77
Figura 19 - Guindaste leva base da UPP no Complexo de São Carlos.....	80
Figura 20 - A mudança.....	81

## INTRODUÇÃO

Nós estamos suscetíveis a todas as variações que ocorrem em nosso meio, em nossas vidas. Mudanças bruscas na temperatura, por exemplo, podem significar para pessoas mais sensíveis complicações no seu bem-estar. Uma série de mudanças significativas e indesejáveis na vida das pessoas ocorre com planos econômicos, decretos e políticas de segurança pública. Alteram, de forma positiva ou não, a vida das pessoas.

O Estado tem a incumbência, através de políticas públicas, de propor e executar políticas para solucionar questões que causem transtornos à cidade, ao Estado ou país. A violência pode ser considerada uma das catástrofes sociais que mais causam medo, terror e insegurança à população. Atinge todas as classes, de forma mais acentuada ou não, suas diferenciações terminam por se destacar nas modalidades em que ocorrem por regiões mais periféricas e pobres.

Neste trabalho vamos nos ater a cidade do Rio de Janeiro como recorte para debater um tema que tanto nos intriga, interessa e influencia diretamente no cotidiano social: a violência do narcotráfico e a política de segurança pública UPP. Temos como estudo de caso a comunidade do Morro da Mineira, situado no bairro do Catumbi. A comunidade, segundo a associação de moradores possui cerca de 22.000 habitantes, com predominância entre jovens e adultos, sendo a maioria do sexo masculino.

Nasci no Centro do Rio no bairro do Catumbi, na Comunidade do Morro da Mineira. Por 24 anos vivenciei mudanças de ordem estrutural e social. O ano era 1983, na época com sete anos de idade, estudava na escolinha comunitária da Igreja N. Senhora da Sallete, mas não são as lembranças do uniforme escolar, as brincadeiras ou os banhos de chuva que me chamam mais atenção dessa época. Lembro-me de chegar até a janela da sala de casa e avistar, em uma laje, uma bandeira com as inscrições FV (Falange Vermelha), de ver homens armados pulando as lajes da vizinhança e do olhar indignado de minha mãe diante da sua impotência em ver seu filho, ainda criança e com uniforme escolar, ter a mochila revistada.

O que me levou a pesquisar sobre o tema é a insistência da manutenção da ideia em tentar solucionar a questão da violência através de medidas tão calejadas e sem sucesso. Da patrulhinha ou camburão, ao Gol, Santana, até o “caveirão”, do revólver calibre 38 ao fuzil, somente o que evoluiu foi a tecnologia, utilizada para o enfrentamento, baseado em uma política balística.

A prática de uma polícia combativa de caráter militar se manteve engessada em escala medieval. Hoje, mais de quatro décadas depois, percebemos os mesmos vícios,

costumes, baseados em soluções pragmáticas e de efeito violento. O pragmatismo de viciadas formas de tratar a violência leva a cidade a uma agenda em branco: do ir sem saber se volta e do desmarcar compromissos por não poder sair de casa.

O presente texto tem como objetivo geral problematizar as formas de controle da violência adotadas pelo Estado e seus reflexos no espaço geográfico carioca <sup>1</sup>. O projeto UPP surpreendeu por trazer de fato novas propostas e esperanças de entendimento entre população e Estado.

### **Problema de pesquisa**

A segurança pública, sempre, tema de discussão na sociedade em geral, principalmente quando o assunto é violência urbana decorrentes de sequestros, assaltos, homicídios, feminicídio, latrocínio, estupros e tráfico de drogas na modalidade da comercialização varejista em morros e favelas afunilam a interpretação das políticas de segurança pública como, somente, um caso de polícia. Os conflitos entre grupos de facções para conquistas de territórios e a atuação da polícia como forma de combater o tráfico através do confronto bélico já se apresentam comprovadamente ineficientes.

A UPP veio como uma nova política e assim trouxe esperança, todavia, por fim, o projeto foi abandonado. Este trabalho vai de encontro às observações de moradores e moradoras do Morro da Mineira, na região Central do Rio de Janeiro, que receberam o projeto de braços abertos, mas que presenciaram sua remoção através de um guindaste. A questão que problematiza essa pesquisa é: Para os moradores do morro da mineira, o que a UPP representa e qual legado deixou para a comunidade?

O abandono das classes mais empobrecidas, as políticas de remoções das favelas em função do embelezamento da Cidade, o preconceito com os mais pobres, principalmente os pretos norteiam e alimentam a pesquisa em sua construção.

O medo é um sentimento que prevalece no morador de favela. As operações policiais, geralmente, foram caracterizadas por confrontos e tiroteios, em alguns casos levando à morte inocentes, com cometimento de abusos e violações de direitos. A incerteza se o dia seguinte vai ser de paz ou tiroteios, de confronto entre facções ou de operações fomenta a desconfiança direta permanente do morador com relação à polícia.

---

<sup>1</sup> O controle aqui não pode ser confundido como solução, mas sim um adestramento para manutenção e não extrapolação dos muros e cortinas sociais.

As Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP), implementadas em 2008, anunciavam um novo modelo de Segurança Pública que pudesse levar paz às comunidades, acabando com o medo, a frustração e a incerteza dos moradores em relação à polícia e às políticas e serviços públicos.

A instalação da décima sétima UPP se deu em 2011 em uma comunidade castigada pela violência de organizações criminosas e das frequentes operações policiais. Porém, seu fim se deu de forma prematura no ano de 2018. Foi um período curto, repleto de histórias, sentimentos e incertezas, que instigou este estudo.

## **NOTAS METODOLÓGICAS**

A abordagem qualitativa foi escolhida com interesse em realizar o estudo exploratório do assunto, visando entender como ocorreu o processo. De acordo com Creswell (2010 p.43) a abordagem qualitativa é definida como: “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”.

Como fonte de investigação acerca dos reflexos das políticas de segurança pública, a pesquisa buscou a literatura de políticas públicas e segurança pública, além de sites, reportagens e entrevistas de jornais e artigos acadêmicos.

Mais especificamente, recorreu-se a estudos e pesquisas do ISP (Instituto de Segurança Pública), do LAV (Laboratório de Análises da Violência - UERJ), do CEsEC (Cândido Mendes, Observatório de Favelas; Observatório de Segurança Pública), jornais digitais e leitura de autores que tratam a questão da segurança pública e o tema território para fundamentar segurança pública e territorialidade.

Como fontes primárias, foram realizadas entrevistas com moradores da comunidade, com todos os cuidados de ética em pesquisa<sup>2</sup>. As entrevistas com moradores, representantes de associações e policiais que trabalhavam na UPP, devem ter a garantia do anonimato por se tratar de um tema que leve desconforto aos entrevistados. Os entrevistados terão a garantia do anonimato, o que será avisado de forma antecipada. Para uma melhor análise das vivências, buscou-se entrevistar homens e mulheres, jovens, adultos e acima dos 55 anos de idade. A cor da pele, também foi um fator relevante na escolha dos entrevistados (as). Infelizmente, não foi possível a entrevista com nenhum membro da UPP. Os relatos aqui recolhidos e analisados são todos de moradores.

---

<sup>2</sup> O projeto foi submetido devidamente ao Comitê de Ética em Pesquisa da FLACSO-Brasil.

Procurou-se, aqui, resguardar dados como a profissão, para uma melhor garantia do anonimato.

Por trabalhar em nível de intensidade das relações sociais (para se utilizar uma expressão kantiana), a abordagem qualitativa só pode ser empregada para a compreensão de fenômenos específicos e delimitáveis mais pelo seu grau de complexidade interna do que pela sua expressão quantitativa. Adequa-se, por exemplo, ao estudo de um grupo de pessoas afetadas por uma doença, ao estudo do desempenho de uma instituição, ao estudo da configuração de um fenômeno ou processo (MINAYO E SANCHES, 1993, p. 245).

A pesquisa qualitativa, a partir das observações de Liebscher (1998), torna-se viável na medida em que o fenômeno em estudo seja complexo, de caráter social e quando sua quantificação seja de difícil execução. Para operar a pesquisa qualitativa, faz-se necessário à observação, a análise e o registro das interações entre os indivíduos sociais em questão e entre estes e o contexto no qual estão inseridos.

Tendo, desta forma, um alicerce seguro para se construir um trabalho de coletas de dados a partir de questionários com perguntas abertas e fechadas, as entrevistas foram enviadas via e-mail ou por aplicativo de mensagens, e respondidas por telefone ou por e-mail, conforme a opção do entrevistado.

Conforme Voss, Tsikriktsis e Frohlich (2002), o estudo de caso conta a história de um fenômeno passado ou presente, elaborado a partir de diversas fontes comprobatórias, que incluem dados de observação direta, entrevistas sistemáticas, bem como pesquisas em arquivos públicos e privados.

Minayo e Sanches (1993) recomendam observar como as falas dos entrevistados revelam suas condições estruturais, seu sistema de valores, normas e símbolos. Elas reproduzem as representações de determinados grupos em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas.

A partir de experiências empíricas vivenciadas entre a infância até a fase adulta foi possível desenvolver uma bagagem de conhecimento que levou a uma criticidade do tema em voga, segurança pública. Fatores que envolvem laços afetivos entre o lugar, as pessoas, lembranças, medo e insegurança formam um alicerce seguro para construção da pesquisa, onde os pilares foram construídos a partir de estudos literários embasados em fundamentações de autores estudiosos no tema. Gonzalez (2000) acredita que em uma concepção mais abrangente do sujeito e de sua relação com os diversos espaços que contribuem para construção da personalidade e subjetividade do sujeito.

A experiência em viver entre a violência, a venda de entorpecentes, os tiroteios entre quadrilhas rivais, as abordagens policiais, e a preocupação com meus pais, comigo e com vizinhos que de forma não consentida, vivíamos como muitos ainda vivem conviventes com a violência acarretaram em um processo de ensino aprendizagem a partir de um cotidiano onde a violência e o preconceito introduziram não só uma busca por segurança, mas a lidar com o medo da própria violência, desenvolvendo-se em uma busca por conhecimento e estudos sobre o tema. A zona proximal, um estudo realizado por Vygotsky traz o entendimento que os processos de desenvolvimento e aprendizagem atuam de forma dinâmica, sendo estes de caráter social. (VYGOTSKY, 1991).

## **CAPÍTULO 1. SOBRE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA**

### **1.1. ENTENDENDO POLÍTICA PÚBLICA**

O conceito de políticas públicas e sua atuação direta na sociedade compromete o emaranhado de necessidades e serviços que uma sociedade carece frente aos desdobramentos que o capitalismo produz em seu exercício de acumulação de capital.

As políticas públicas surgem como ferramenta para mitigar, reparar ou evitar quaisquer empecilhos, barreiras, ou comportamentos que venham a dificultar o acesso da sociedade, ou grupo social aos seus direitos.

Pode haver grupos antagonistas contra determinadas políticas públicas, inclusive aqueles que se comportam a margem da democracia e contra direitos coletivos, priorizando interesses próprios ou determinados. Nesse sentido, “(...) o corporativismo, o mandonismo local, o coronelismo, o populismo, como outras formas políticas concorrentes ou até mesmo coexistentes” (GIOVANNI, 2009, p.3).

Política pública é um instrumento criado com a função de garantir direitos previstos na Constituição Federal ou que venham a ser criados a fim de fomentar desenvolvimento social e econômico. Devem ser abrangentes em todo o território nacional e amparadas pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Seu alcance avança em torno de segmentos básicos e fundamentais da pessoa humana.

No tocante à Segurança Pública, um entendimento errôneo como solução para a questão da violência é pensar que ela se restringe caso de polícia. Leva à prática do enfrentamento e gera vítimas, perturbações e medo aos cidadãos.

Em sociedades democráticas, muitas das vezes, políticas de controle de gastos, arrochos, estrangulamento de direitos, atingem a grande massa popular de forma a subtrair ou retirar direitos já conquistados. Tal foi o caso da reforma da previdência, da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e a Política do Teto de Gastos ocorrida nos últimos anos aqui no Brasil, especialmente após o golpe contra o Governo de Dilma Rousseff. Nesse sentido,

(...) a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade. (SOUZA, 2006, p.1).

Um exemplo bem significativo de política pública que gera renda e ainda serve de ferramenta para combater a evasão escolar é o programa Bolsa Família. Destinado a famílias com filhos menores, em idade escolar, está vinculado à presença do aluno na escola. A evasão escolar é resultado do estrangulamento social e econômico dirigido por um sistema com viés neoliberal que oprime as classes mais empobrecidas. Constitui um problema latente no Brasil, onde cada vez mais jovens abandonam as escolas para ingressarem no mercado de trabalho. Segundo Kliksberg (2014, p. 35), “a evasão escolar, as repetências e o atraso estão concentrados nos setores de menores rendas, e existe uma enorme distância entre eles e os setores de maiores rendas”.

Outra política utilizada para resolver problemas referentes à educação é o programa de correção de fluxos escolares. Visa-se a aceleração da aprendizagem e constitui uma estratégia pedagógica de solução emergencial e intensiva para os alunos defasados.

Desse modo, para além do descongestionamento do fluxo escolar, esses programas assumem um compromisso pedagógico com os alunos em situação de maior vulnerabilidade ao fracasso, buscando a regularização de sua trajetória e a conclusão de sua escolarização básica. (OLIVEIRA, CARVALHO, 2017).

A engrenagem principal a acelerar o motor de promoção das desigualdades sociais e econômicas é o capitalismo, na sanha de acumulação de capital enquanto se fomenta a desigualdade. Este sistema irrisoriamente, ou ironicamente, também propulsiona o desenvolvimento de políticas públicas.

Acontece que em uma sociedade democrática é comum o surgimento de movimentos sociais que lutam por direitos e demandam aos governos a criação de políticas que reduzam desigualdades. Mas não basta tão somente a reivindicação. É um percurso longo e duradouro até a política pública. No decorrer dele mudanças e alterações podem acontecer.

A criação de políticas públicas pode vir também, por vezes, de forma direta, por iniciativa do governo.

Dentro do próprio organismo do governo, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa, Senado, existem integrantes de grupos de interesse servindo ao próprio sistema capitalista, que tentam barrar a criação de políticas públicas ou alterá-las para evitar que sejam mecanismos a gerar autonomia, independência e desenvolvimento social, econômico e educacional - crítico - da população.



Haja vista os movimentos contrários à lei de cotas. A educação destinada aos mais empobrecidos, segundo pessoas de tendências neoliberais, direciona-se unicamente para formação do mercado de trabalho. O desenvolvimento crítico é uma ameaça à continuidade deste modelo reprodutivista. Nesse sentido, “(...) no contexto neoliberal, a educação se transformou em um mecanismo de reprodução e garantia de desigualdades.” (Kliksberg, 2014).

No que diz respeito ao mercado de trabalho e à economia, as políticas públicas agem na geração de emprego e renda. Programas como Bolsa Família e Seguro Desemprego não ajudam somente às populações que estão desempregadas ou possuem uma renda familiar insuficiente para sua subsistência. A massa de desempregados ou exército de reserva, definidos por Karl Marx, são produtos desse sistema neoliberal e funcionam como massa de manobra capitalista para manutenção dos salários e intimidação da classe trabalhadora empregada.

Programas de assistência não são enxergados com bons olhos pelos capitalistas que acreditam que programas assistenciais de renda ou direitos trabalhistas dificultam e/ou desestimulam o trabalhador a buscar empregos. Ora, se observarmos os estrangulamentos em educação, os ataques às leis trabalhistas, aos sindicatos, a armadilha chamada “Flexibilização” e o desmonte generalizado e desenfreado de direitos que colocam trabalhadores (as) cada vez mais vulneráveis com salários e estabilidade incertas, percebe-se a perpetuação do círculo vicioso de desigualdades.

Se não fossem as políticas públicas de renda, trabalhadoras (es) em situação de maior vulnerabilidade ficariam completamente desamparada/os. Esta renda de programas sociais também ajuda a movimentar a economia, pois a classe trabalhadora é a que mais consome (alimentação e outras formas de subsistência). Logo, as políticas públicas de assistência econômica aos mais empobrecidos funcionam, também, como engrenagem a fortalecer o funcionamento do próprio Estado, através da arrecadação de impostos.

## **1.2. POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

O Art. 144 da Constituição Federal de 1988 afirma que: A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sob a égide dos valores da cidadania e dos direitos humanos, através dos órgãos instituídos pela União e pelos Estados.

Após o entendimento de políticas públicas vamos abordar o conceito de segurança pública, ou melhor, de política de segurança pública. Sua definição constitucional assegura que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, prezando os valores da cidadania e dos direitos humanos. Soares (2006) chama atenção para a complexidade deste tema, ou melhor, braço da política pública:

Definir segurança pública é uma tarefa bastante complexa. Mais que uma definição conceitual, trata-se da compreensão a efetivação de políticas associadas a direitos e deveres, cidadania, uso legítimo da força, limites do poder estatal, lei e ordem, entre outros (SOARES, 2006).

Esta complexidade aumenta quando sua definição é resumida de forma direta pela população e pelos representantes do Estado na aplicação da manutenção da ordem, em especial pelas polícias.

Quando a população clama por justiça, a partir de um entendimento que a política de segurança se resume ao combate de crimes contra ao patrimônio ou atentados à vida, na outra ponta, os governos e a própria polícia respondem de forma violenta atendendo aos anseios por justiça. O resultado é a construção de um ambiente inseguro para todos. As polícias, nesse sentido, funcionam como reguladores da ordem. Muitas vezes, porém, executam de forma arbitrária suas próprias “sentenças”.

Para Szabó e Risso (2018, p. 28), o modelo de segurança pública é pouco inteligente, reativo e de alto custo, que gera impunidade e muitas vezes agrava a situação da violência: “Ele é reativo, porque em geral, agimos depois que o crime aconteceu”.

Outro artefato da segurança pública muito utilizado como forma de punição é a prisão. Como forma de punição que retira aquele indivíduo do convívio social buscando sua socialização para reintegração na sociedade, funciona com elevados custos aos cofres públicos e produzem ambientes que não entregam essa função de reintegração social.

A prisão é um aparelho de castigo e não de reeducação. Soares (2006) alerta para o recurso do encarceramento como uma estratégia umbilicalmente ligada à política de segurança pública estatal e uma das principais iniciativas na contenção do crime e da violência. Ou seja, num sentido em que a política de segurança se confirma como meramente reativa, além de custosa aos recursos públicos. “Violência e criminalidade são problemáticas, complexas demais, graves demais para serem tratadas apenas como casos de polícia – ainda que o papel das polícias seja, evidentemente, de grande importância” (SOARES, 2006, p.124).

O comércio varejista de drogas é um problema de escala mundial. Em se tratando da Cidade do Rio de Janeiro, temos aqui uma espécie de efeito em metamorfose dessa atividade, a abrir canal para outras atividades criminosas, seja para reabastecer o material bélico destas quadrilhas ou para conseguir dinheiro para o consumo de drogas.

Nesse sentido, o fenômeno requer não só políticas públicas de segurança, mas todo o aparato das políticas públicas: educação, lazer, assistência social, saúde, geração de empregos, etc.

Para a construção de um Estado seguro é preciso desconstruir qualquer ideia de que o alicerce do Estado está em uma política de segurança, ainda mais se esta estiver baseada no enfrentamento bélico. O Estado seguro é aquele que através de seu governo, promove garantias a sua população, para isso tem seus pilares fincados em um alicerce seguro, ou seja, tem sua base na proteção e promoção da educação. “Impossível enfrentar com polícia esse novelo dramático - famílias e jovens em crise, escolas problemáticas, “drogadição” e comércio ilegal de drogas e armas, desdobrando-se em outras modalidades de crime” (SOARES, 2006, p. 126).

O decreto 9.761, de 11 de abril de 2019, esclarece que para repressão do tráfico de drogas é preciso saber diferenciar o usuário do traficante, diferenciação esta que se dará pela quantidade de drogas apreendida e o local do fato. Apesar de apresentar uma preocupação em relação ao uso de drogas lícitas e ilícitas, e apresentar um plano educacional para informação dos riscos para o uso das respectivas drogas, também se mostra bastante assertivo em relação ao combate ao comércio varejista de drogas, dando ênfase ao seu combate em regiões onde há um aumento no número de homicídios. Ou seja, nesse caso os homicídios, muitas das ocorrências estão diretamente ligadas ao consumo e comércio de drogas. Em seu combate, costumam mobilizar o uso e a busca de soluções pragmáticas, como as chamadas operações de asfixia, que em na sua maioria geram mais mortes por conta dos confrontos <sup>3</sup>.

Na discussão sobre o conceito de Estado, sua importância e significado, o Estado existe para exercer um poder e administrar um território. Este território estará regido pelas normas políticas que desempenham papel para estabilização de conflitos, desenvolvimento econômico e social e proteção do próprio território.

---

<sup>3</sup> Operações de asfixia ao comércio varejista de drogas, não trazem soluções a longo prazo, mas pelo contrário, tendem a promover mais violência, pois estas asfixias têm a intenção de enfraquecer o poder bélico e de drogas dos traficantes, através das apreensões, faz com que o tráfico “desça” para o asfalto para a prática de assaltos a fim de repor os recursos perdidos.

Durkheim (2008) lembra que é em nossas escolas públicas que se forma a maioria de nossas crianças. As escolas são as guardiãs por excelência de nosso caráter nacional. As instituições dentro do Estado ajudam na manutenção do poder; o Estado impõe regras a serem obedecidas pela sociedade; estas regras são discutidas nas escolas, família, governo, política etc.

O homem então necessita controle, seguir regras. Assim ele se sente humanizado. Durkheim (2002) observou que o fato social é reconhecível pelo poder de coerção externa que exerce ou é suscetível de exercer sobre os indivíduos; e a presença deste poder é reconhecível, por sua vez, seja pela existência de alguma sanção determinada, seja resistência que o fato opõe a qualquer empreendimento individual que tenda a violentá-lo <sup>4</sup>.

O poder se baliza através de argumentos que se solidificam pelo discurso legal daquilo que é institucionalmente certo; a moral é um argumento fundamental para legitimação e imposição de regras a serem cumpridas. Durkheim (2008) ainda sinaliza que Deus se torna guardião da moral. As ofensas contra a moral são ofensas ao próprio Deus. Porém a moral não é mais instituída a ele e sim aos homens. A intervenção divina se dá para torná-la eficaz.

Aos cidadãos habitantes deste território cabe a obediência, no entendimento das regras, de uma lógica moral. Este entendimento leva à soberania e preservação do Estado, tendo em vista que quaisquer comportamentos que destoem das normas estabelecidas pelo Estado serão considerados ilegais. Esta compreensão se dá contra invasores externos ou contra aqueles que, mesmo inseridos natos daquele território, apresentem resistência às normas existentes.

A obediência imposta pelo Estado que se dá através das leis e da política conservadora do monopólio da força, aplicada precipuamente através da força, enquanto instrumento pertencente ao Estado para impor suas regras. Sociologicamente, o Estado não se deixa definir a não ser pelo específico meio que lhe é peculiar, o uso da coação física. (WEBER, 1999, p.56). Todavia a estas imposições amparadas pela legalidade, resistem, através de mobilizações populares, moradores desses territórios, que ao se perceberem oprimidos e injustiçados, se levantam contra este poderio legal. A legalidade

---

<sup>4</sup> O homem humanizado se dispõe às regras da sociedade, impostas pelo estado, ele necessita desse controle, que apesar de muitas vezes ter seus direitos enxugados, ainda assim, os defende. A polícia exerce um papel fundamental nesse controle das massas. Suprimindo com força qualquer ato que venha contra as regras estatais.

que ao mesmo tempo faz com que a polícia imponha força e muitas vezes, venha extrapolar em suas ações é a mesma com que ampara as mobilizações populares, pois o Estado e seus representantes devem a população prestação de serviços e segurança, então, logo, cobrar do Estado, uma resposta por cometimentos de abusos é plausível. Diferentemente quando um território é dominado por um poder paralelo, ali, os moradores não podem mobilizar-se através de manifestações, pois o poder ali é ilegal e, portanto seus julgamentos também. As denúncias, muitas vezes, são feitas de forma anônima.

Estes mecanismos ou instrumentos legais permitem o controle do território e, com isso, supostamente a permanência de um poder que, mesmo trazendo insatisfação e questionamentos, está amparado pela legalidade. Weber (1999) destaca três razões que justificam a dominação. Podemos mencionar aqui o poder tradicional, o poder carismático e o poder da legalidade. A legalidade, em especial, é o poder que se baseia na autoridade fundada na obediência, que reconhece obrigações conforme estatuto estabelecido.

O Estado, apesar de sua soberania estabelecida por lei, conta com uma instituição necessária que lhe garante ação: o Governo. Vale aqui ressaltar que esta instituição não sobrepõe o poder do Estado. Diferente do Estado, o Governo é representado por indivíduos ou indivíduos que exercem esta administração de forma transitória. Esses indivíduos são eleitos de forma direta ou indireta, conforme as leis e normas do Estado.

Estes indivíduos que ingressam na política<sup>5</sup> trazem consigo sentimentos particulares que podem ser de amplitude social ou de caráter próprio. Weber (1999, p. 57) destaca que o homem na política “aspira ao poder” seja porque o considera um instrumento de obtenção de desejos particulares ou coletivos, ou simplesmente pela satisfação do ego.

A segurança pública está no âmbito das prevenções, ou seja, funciona como um instrumento de manutenção da ordem, da lei e da preservação da vida e da soberania nacional.

Em Estados democráticos os três poderes se apresentam como pilares fundamentais. O Judiciário, o Legislativo e o Executivo devem ser independentes e harmônicos. Montesquieu (2000) já salientava a necessidade da independência dos

---

<sup>5</sup> Conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um Estado. (WEBER, 1999, p.56).

poderes para que um não sobreponha o outro. Também afirmava que a necessidade das leis garantiria a ordem e a liberdade. Ou seja, cabe ao homem fazer tudo aquilo que a lei permite. Ao fazê-lo diferente ou ao extrapolar os limites da lei, além de promover uma desordem social, coloca-se a própria liberdade em risco.

Esta forma de organização do Estado no que diz respeito à segurança pública nas áreas periféricas em morros e favelas, em muitos casos, acaba por ser ignorada, diante de forças paralelas em territórios dominados por grupos que ali se instalaram estabelecendo suas próprias leis.

A desobediência às leis locais leva, muitas vezes, a penalidades cruéis onde a punição é motivo de exemplo para que ninguém ouse desobedecer aos regramentos. São os chefes de facções que se autoproclamam como guardiões e carrascos, utilizando como forma de penalidade a expulsão, castigos físicos, sentenças de morte ou prisão em seu próprio domicílio, o chamado castigo. Foucault (1975) vem tratar da questão do castigo como algo que vem do divino e, portanto, amparado pela legalidade, o castigo cometido por traficantes ou milicianos, são muitas das vezes expostos a população local como exemplo, mas também como uma forma de apresentar o castigado como alguém impuro ou traidor daqueles que exercem o poder e a segurança dos moradores. Castigo é a forma de punição com que uma pessoa é condenada por um tribunal do tráfico, onde esta pessoa fica reclusa da liberdade, dentro da própria casa, por tempo determinado. Essa forma, considerada branda diante às outras modalidades de punição, depende da ordem/grau da desobediência às regras locais.

[Damiers fora condenado a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da porta principal da igreja [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça nú, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras [em seguida], na dita carroça, na Praça de Greve, (...). Finalmente foi esquartejado (...) [O comissário de polícia Bouton relata]: Acendeu-se o enxofre (...) (FOUCAULT, 1975).

O castigo, a pena de morte são penalidades comumente executadas nesses locais, sobre aqueles que de desrespeitam as leis locais, pelo tribunal do tráfico. Um dos casos mais marcantes e que causou grande comoção, não só no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil, sendo noticiado até em jornais internacionais foi o caso do jornalista Tim Lopes,

julgado, torturado e executado por um tribunal de traficantes<sup>6</sup> no Complexo do Alemão, comunidade da Zona Norte do Rio.

O julgamento, a execução, as testemunhas de acusação e por fim os executores das penas pertencem a um mesmo conjunto. Não existe defesa, a não ser aquela do próprio sentenciado. Quem em sã consciência iria fazer parte de uma defesa em um tribunal desses? Respondo-lhes: uma mãe, um parente, um companheiro (a), ou um representante de alguma igreja, que exerça influência e respeito local e que, ainda, venha a se responsabilizar por aquele sujeito. A acusação pode vir de um desafeto e isso gerar um castigo dependendo do grau da acusação. A determinação que leva um homem a sentença de morte, geralmente vem do chefe da organização criminosa ou de alguém que exerça um poder de comando local, estes julgamentos, além de ilegais estão sob o julgo de um único homem, o termo tribunal do tráfico ou da milícia apenas ilustra o cenário, pois em casos de sentenças de morte, dificilmente haverá perdão, a não ser nos casos de interferência citados acima.

Montesquieu (2000, p. 199) alertou que “as leis que condenam um homem à morte com base em depoimentos de uma só testemunha são fatais para a liberdade”. Julgamentos com sentenças duras colaboram na garantia de um estado de medo e submissão. Todavia não garantem que as leis sejam seguidas, também não garantem que se condenem inocentes e abrem brechas para acusações levianas.

Os julgamentos paralelos às leis de um estado democrático assumem um papel tirânico e medieval. Cabe à vítima somente a sentença, e pedir aos céus que esta seja branda. Se roubou, pode ter a mão perfurada por tiro e ser expulso da comunidade; se brigou pode ter a cabeça raspada ou prisão domiciliar, dependendo aí se mulher ou homem; se matou a pena é de morte; se estuprou ou é informante da polícia a pena também é de morte.

São facções, ou grupos paramilitares que exercem poder nesses territórios, fazem deles pontos de venda do comércio varejista de drogas ou exploram seus moradores e comerciantes com valores por um serviço de segurança, comércio de água, gás de cozinha ou serviços de TV a cabo ou sinal de Internet.

---

<sup>6</sup> Um historiador da Provença relata um fato que ilustra muito bem o que pode produzir sobre espíritos fracos essa ideia de vingar a divindade. Um judeu, acusado de ter blasfemado contra a virgem, foi condenado a ser esfolado. Cavaleiros mascarados, de faca na mão, subiram ao patíbulo, e de lá retiraram o carrasco, para que eles mesmos vingassem a virgem. (MONTESQUIEU, 2000, p. 200).

Estes serviços, quando legalizados, são oferecidos por empresas privadas em áreas em que o poder público tem um olhar sensível às demandas da sociedade. São áreas em que o Estado, ainda, se faz presente. Vale destacar que um bairro, mesmo situado em uma região nobre da cidade (aqui podemos citar a zona sul do Rio), tem suas delimitações. Um exemplo pode ser o bairro da Tijuca, os condomínios e as redondezas são atendidos por serviços legalizados, enquanto áreas mais empobrecidas, como os morros que circundam a região onde o poder paralelo ainda domina, como no Morro da Formiga (apesar de contar com UPP), serviços de internet de empresas legalizadas não podem atender aqueles moradores.

Na área central do Rio não é diferente, assim como nas zonas norte e oeste, baixada. Ou seja, o poder paralelo explora áreas mais empobrecidas. Não podemos afirmar que estes moradores, quando atendidos por serviços clandestinos de Internet, ou TV a cabo são coniventes ou beneficiados. Funciona como um monopólio. A favela vira um território desprovido de direitos de escolha de serviços. A escolha é ter ou não ter. A empresa é única. Isso se repete na venda de gás e água mineral, o fornecedor é único.

Estes serviços fornecidos por criminosos não se limitam à internet nas favelas, estendem-se por outros bairros. Nas milícias, como em Rio das Pedras, o comércio é farto e a arrecadação de dinheiro por parte de milicianos também é proporcional ao crescimento do bairro. O território é fronteiriço, assim como nas comunidades pelo tráfico de drogas, nas dominadas pela milícia não é diferente, entrar em uma comunidade dessas sem conhecer, ou consentimento não garante uma saída em vida.

Aplicativos de transporte como Uber, que atendem as regiões centrais da cidade, não costumam se arriscar por Rio das Pedras. Para levar e buscar moradores, milicianos criaram um modelo alternativo que ganhou força depois que os motoristas dos concorrentes foram ameaçados. A violência usada para garantir mercado aos empreendedores locais, também ajuda a entender o sucesso dos negócios instalados em Rio das Pedras. Muitas milícias criaram monopólios de mercado que garantem o fornecimento exclusivo de produtos que vão desde cigarros a kits churrascos, em todo este território. Pode não parecer, mas há uma autoridade fiscalizando o certo e o errado. É preciso não ultrapassar a linha. (MANSO, 2018, p.71).

A questão que inquieta é: por que estes territórios transmitem medo, violência? Existe um futuro possível de paz e de dignidade para eles?



O medo é um sentimento constante, pois a surpresa por um “baque do caveirão”<sup>7</sup> pode ocorrer a qualquer hora, sem prévio aviso, a não ser dos fogos de artifício que alertam aos traficantes a chegada da polícia, um alerta que pode vir acompanhado já de balas perdidas. A utilização de homens da CORE, grupo de elite da polícia militar do Rio de Janeiro (a CORE é composta por policiais civis concludentes do Curso de Operações Táticas especiais ou similares, a CORE possui policiais habilitados a atender demandas de alto grau de complexidade). Além deste grupamento tático há a utilização de Snipers, atiradores de elite, que são posicionados em pontos estratégicos à distância, que também levam o medo e o desconforto aos moradores de comunidades. A certa distância, um guarda chuvas ou uma furadeira podem ser confundidos com uma arma. A utilização desses Snipers foi impulsionada durante o governo de Wilson Witzel que chegou a afirmar em uma reportagem em sua campanha eleitoral de 2018, atirar só na cabecinha. A forma grosseira com que Witzel tratava a segurança pública era entendida e afunilada em dois pontos: Cemitério e presídio: Cova a gente cava; presídio se for necessário, a gente bota navio em alto mar, estas eram as soluções apontadas por Witzel em sua campanha de 2018 como aponta a matéria publicada em 2018.

Casos de morte executados por policiais por confundirem objetos com armas não são incomuns nas favelas cariocas. Em 2010 um homem foi morto na comunidade do Andaraí após ser baleado por um policial do Bope. O homem identificado como Hélio de 40 anos de idade, morador da comunidade estava com uma furadeira nas mãos. Outro caso com vítima fatal foi do garçom Rodrigo, em 2018. Era morador da comunidade do Chapéu Mangueira, comunidade já atendida pelo projeto UPP. Segundo moradores, policiais da UPP confundiram o guarda-chuva com um fuzil e o “canguru”, que é um suporte utilizado no dorso para carregar crianças pequenas, com um colete. Rodrigo estava descendo a comunidade para buscar a esposa e os filhos. Rodrigo era casado, tinha dois filhos, um de quatro anos e outro de 10 meses, que ele utilizaria o “canguru” para carregar.

A hora do medo é um poema que se encontra escrito na parede do museu da Maré no Rio de Janeiro, no complexo da Maré:

Hora do medo  
Quais são nossos medos?  
Na hora do medo havia tábuas podres,

---

<sup>7</sup> Baque do Caveirão é a expressão utilizada para nomear uma intervenção surpresa feita por uma guarnição abrigada dentro do carro blindado da polícia militar, conhecido popularmente como “caveirão”. Este baque que se refere ao ataque é feito de forma surpresa e não duradoura.

Crianças caindo na água, ventanias, tempestades, ratos, remoções...  
Na hora do medo havia uma bala perdida,  
Violência, morte brutal...  
Os medos que nos perseguem podem nos paralisar  
Mas também nos motivar a lutar  
Para a transformação da realidade.

Infelizmente o abandono leva aos territórios órfãos a serem colonizados por grupos criminosos, milícias ou traficantes que dominam, através da violência. E o estado, quando age nesses territórios, os encara como trincheiras de confronto. Atacam, guerreiam e vão embora, deixando pra trás vidas destruídas, buracos de balas nas paredes, revoltas e a espera por uma nova batalha.

Nestas operações, vítimas de abusos cometidos por agentes da lei podem procurar o Ministério Público, ou a Ouvidoria da Polícia Militar. Porém, em muitos casos, as vítimas não se sentem à vontade para procurar os órgãos, por medo de represálias ou por não acreditar “no sistema”.

É necessário o entendimento que a política de segurança pública deve alinhar-se com outras políticas públicas, principalmente no que diz respeito a saúde, lazer, educação, renda, trabalho, urbanismo e saneamento. É perceptível, por exemplo, para qualquer olhar a diferença entre as políticas de urbanismo entre as áreas da zona sul e as áreas centrais, mesmo aquelas que estão próximas aos morros e favelas e as mais afastadas, e as periferias, que abrigam em seu interior o abandono completo, nítido desde o ingresso nos primeiros degraus de suas escadarias íngremes.

## **CAPÍTULO 2. UMA NOVA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

O Programa de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) foi implantado no Rio de Janeiro em 2008, na gestão do ex-governador Sérgio Cabral. O Programa tinha como estratégia, uma nova concepção de Política de Segurança Pública: combater o tráfico de drogas a partir de ocupação retomada de território e pacificação. A promessa era de aproximação da polícia com os moradores e a inserção de políticas públicas e de serviços ofertados pela iniciativa privada reformulando territórios.

A UPP, como política de segurança pública, veio supostamente para produzir uma nova visão da favela, do morro, para retirar o rótulo de lugar marginalizado e inseri-lo na cidade, com seus valores e cobranças.

Porém, a favela, o morro, não é um ser inanimado, sem vida, sem história. Não é uma máquina que se muda uma peça ou uma mobília, que hora guarda copos, hora guarda pratos ou roupas. Na favela, no morro, existe ali seu povo com histórias e muitas, muitas cicatrizes. São muitas as feridas abertas ao longo dos anos.

Rio de Janeiro, 2008. Tem início, em dezembro, o Programa de Polícia Pacificadora, com a ocupação da favela Santa Marta, no bairro de Botafogo, pela Polícia Militar. De 2009 a 2014, outros 36 territórios da cidade seriam incorporados a esse programa, recebendo progressivamente as chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's). A partir da expulsão ou do enfraquecimento prévio dos grupos de criminosos armados que dominavam esses territórios, prometia-se colocar em prática um novo modelo de atuação policial nas favelas, o policiamento de proximidade, superando-se a lógica belicista que há décadas predominava na política de segurança estadual. Com a polícia, deveriam também entrar outros projetos, serviços e obras necessários à melhoria geral das condições de vida nas áreas beneficiadas. (MUSUMECI, 2017).

Tendo como um dos principais desafios o desmantelamento e reconstrução de uma imagem da polícia como parceira e não como repressora, a UPP precisava, antes de tudo, de uma recepção com portas abertas das casas das comunidades onde ela ingressasse.

O primeiro desafio seria conquistar, não pelo medo, aquelas pessoas, outrora tão amedrontadas e reféns de tiroteios e operações policiais com ações truculentas e abusos por parte de alguns policiais. Para isso, a mídia teve um papel fundamental na cobertura e divulgação do projeto, que contava com eixos da iniciativa privada. O tema segurança

pública, sempre foi abordado de forma espetacular, por parte da mídia. O tom das matérias ou reportagens exibidas sempre foi provocador de indignação, buscando despertar nas pessoas certo pânico e até um sentimento de revolta. A política de segurança pública acaba sendo reduzida à prática de operações policiais, o que leva a um entendimento equivocado por parte da população que, por sua vez, acaba entendendo plano de segurança pública como sinônimo de tiroteios, mortes e violação de direitos.

A mídia, com sua força de manipulação da informação, entregou ao povo, de forma homeopática, dia após dia, como se fosse uma prescrição médica, através de seus telejornais diários, com horários marcados, o remédio doce para a solução dos tiroteios, do comércio varejista de drogas e de todas as mazelas sociais que suprimem os moradores e moradoras dos morros e favelas dominados por poderes paralelos do Estado do Rio de Janeiro. Nas propagandas, o programa prometia serviços sociais, infraestrutura, com uma polícia de proximidade. O então governador da época - Sérgio Cabral - anunciou, com ares de salvador da pátria, o projeto audacioso que iria retomar os territórios perdidos para as facções.

Mas por trás do projeto sublinha-se aqui toda uma história da construção de um povo que sobrevive em meio ao esquecimento, que mesmo diante de tantas dificuldades, tem em seus territórios sua identidade.

A entrada do Estado nas favelas, trazendo como carro abre alas seus representantes com fuzis, não é nenhuma novidade para os moradores de favela. A UPP precisava de uma abordagem diferente, sem tiroteios e confrontos.

Para o governo do Estado, antes do desafio da retomada de território, havia outro desafio: os megaeventos - Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 - que sobrepujam a política social e focavam um olhar direto para as favelas.

Para o capitalismo e a iniciativa privada, a UPP apresentou-se como alternativa de segurança para os negócios e empreendimentos.

Para o morador dos morros e favelas beneficiados com o projeto, a UPP representaria não somente uma nova polícia, mas a chegada da dignidade humana, do respeito, dos serviços públicos, enfim, de uma garantia da prática de seus direitos como cidadão.

Muitos, porém, encararam o projeto com desconfiança. “A impressão que eu tenho é que a gente muda de dono. Acho que muda a mão de quem segura o chicote”, (R, liderança e morador de Manguinhos).

Muitos moradores de favela questionavam sobre se seus direitos, seus lazeres e comportamentos seriam respeitados no projeto da UPP. Desconfiavam de como a polícia iria reagir aos pagodes, às rodas de samba, ao baile funk, aos pequenos conflitos entre vizinhos, ou até mesmo se ainda poderiam parar na esquina com amigos, para um carteadado, dominó ou jogar conversa fora. Seria, assim, então uma colonização para controle, manutenção da ordem, e vigilância, e não uma entrada para serviços?

A resposta a esta pergunta vem no medo e decepção da maioria dos moradores que passaram a viver sob o olhar dos sentinelas do Estado. Os “praças” da polícia militar passaram, então, a regular horários e interferir nos costumes dos moradores, um sistema de controle que nos faz recorrer ao grande mestre Michel Foucault:

À última pancada do relógio, um aluno baterá o sino, e, ao primeiro toque, todos os alunos se porão de joelhos, com os braços cruzados e os olhos baixos. Terminada a oração, o professor dará um sinal para os alunos se levantarem, um segundo para saudarem Cristo e o terceiro para se sentarem. (FOUCAULT, p.146, 2014).

A UPP, em suas bases teóricas, trouxe uma proposta de pacificação, inclusão e retomada de território com parceria de serviços públicos e privados. A partir dessa promessa, viriam serviços sociais importantes.

Chamamos atenção a um fato: as UPP's foram inauguradas em 2009 e a UPP Social, que seria uma parceria com a prefeitura para levantamento das necessidades de políticas públicas nas comunidades atendidas pelo projeto, teve início em 2011.

O que o favelado observou em um primeiro momento foi a entrada da polícia. Aquele uniforme azul escuro dos PM's transitando pela favela remeteu aos tempos de medo e insegurança. Como mudar isso? Seria necessário mudar o policial, a polícia ou a formação desses policiais? Seria através de um processo de reciclagem ou aproveitamento dos novos recrutas?

Uma matéria exibida na revista Exame apontando para excessos durante treinamentos da polícia militar pode ajudar a explicar a truculência e a inobservância dos direitos humanos durante as ações policiais:

A institucionalização de violações de direitos humanos dentro da PM na formação e treinamentos dos seus integrantes reflete-se diretamente na maneira como reagem no cotidiano com a população. Um relato exemplar está no relatório final da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, em que o

sociólogo e ex-secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Soares, afirmou em depoimento concedido no dia 28 de novembro de 2013: O BOPE [Batalhão de Operações Policiais Especiais, pelotão de elite da PM fluminense] oferecia, até 2006, aulas de tortura, 2006! Aulas de tortura! Não estou me referindo, portanto, apenas às veleidades ideológicas (...), nós estamos falando de procedimentos institucionais. (BARROS, 2015, EXAME).

Essa natureza de educação em treinamentos militares contribui para a difusão de soldados doutrinados a exercer a força, praticar a violência como regra de conduta contra quem desobedece ao poder institucionalizado. São assim muitas das ações de policiais contra manifestantes em protestos pacíficos no exercício legítimo de direitos civis, como no caso da Greve dos profissionais de educação no Rio de Janeiro em 2013. A imagem a seguir representa a desumanização em função da manutenção do poder estatal do governo vigente.

**Figura 1 - Manifestação de professores em greve é reprimida com bombas de gás, balas de borracha, cães e cassetete**



Fonte: Núcleo Piratininga de Comunicação

Esquivel (1985) que nos atenta para como as violações de direitos humanos podem ser lidas e interpretadas perigosamente para favorecer aos governos autoritários e grupos ideológicos. Dallari (2009) concorda com Esquivel (1985) ao afirmar que os direitos humanos são interpretados como uma doutrina comunista, de modo que a maioria das reivindicações da sociedade, movimentos sociais ou categorias por tais direitos

acabam sendo interpretadas como atos de ataques ao estado e, assim, combatidos a toda força.

Não surpreende o tratamento dedicado pelas forças de segurança pública, nos dias atuais, em relação às manifestações antidemocráticas ocorridas após o resultado das eleições de 2022, onde grupos extremistas pedem intervenção militar e têm provocado interdições em estradas e até realizado manifestações em frente aos quartéis das Forças Armadas. Apesar da tradição truculenta contra a maioria dos protestos, não tomaram, até a entrega final deste trabalho, nenhuma atitude hostil em relação às manifestações em frente aos quartéis.

Mas antes de entrarmos em discussão mais profunda sobre as UPP's e todas as dúvidas e expectativas que o projeto trouxe a reboque, vamos discutir um pouco sobre a questão da urbanização da cidade, que envolve embelezamento, segregação e remoções. É extremamente importante tratarmos deste tema, pois as políticas de remoção, o tratamento, que sempre foi dado a determinadas regiões, potencialmente mais cuidadas e valorizadas do que outras, principalmente quando observamos favela e asfalto, nos intriga a questão das UPP's quando o assunto é a retomada de território. Afinal, como retomar um território que nunca foi ocupado de forma integral e efetiva pelo Estado?

## **2.1. URBANIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Tema de muitos sambas, melodias, versos e poemas, a favela de Noel Rosa, Jovelina e tantos outros não deve ser representada somente na poesia. Carência, abandono e precariedade de políticas públicas também retratam esse cenário que muitas vezes, também, é campo da violência e de operações policiais a fim de combater o comércio varejista de drogas - tráfico de drogas. E por falar em poesia não podemos deixar de citar aqui, outro grande poeta que cantou a criminalização de um povo e o abandono social, Bezerra da Silva.

“Meu bom doutor, o morro é pobre e a pobreza não é vista com franqueza nos olhos desse pessoal intelectual” (Meu bom Juiz, Bezerra da Silva).

Cantar ou versar a favela levando suas carências e dificuldades demonstram luta, orgulho, mas também um grito por um olhar social e não criminalizador. Não basta atentar os ouvidos às melodias e fechar os olhos às problemáticas sociais, ao esgoto a céu aberto e os tapumes erguidos em forma de parede.

A imagem a seguir do Projeto Colabora apresenta a dura e esquecida realidade das comunidades do Rio de Janeiro. Situada em um bairro nobre a favela da Rocinha além

de sua imensa dimensão também apresenta imensos problemas de ordem social e econômica. O esgoto a céu aberto propicia a proliferação de doenças como a tuberculose - ou seja, a falta de condições básicas de higiene e saneamento provoca o aparecimento de doenças que vão provocar mais demandas para os serviços públicos de saúde. Uma situação que além de colaborar para o surgimento de doenças que são transmissíveis ou podem causar epidemias como no caso da Dengue, ainda retrata o abandono da favela pelo Estado.

**Figura 2 - Moradores da Rocinha sofrem com esgoto a céu aberto há mais de 50 anos**



Fonte: Projeto Colabora (2018).

Mas como surgiram estes aglomerados de casas, de engenharia própria e diplomados pela necessidade? A própria necessidade de habitação levou as pessoas a construir com suas próprias mãos suas casas, deixando becos e travessias para sua mobilidade. Culpar, penalizar seus moradores seja por questões de deslizamento de terras, encostas, crime organizado que dominam estes territórios é se amparar na ignorância e, ainda, se fazer dela, da ignorância uma forma de resposta para a ineficiência do Estado.

A primeira favela do Rio de Janeiro foi criada em 1897 por combatentes da Guerra de Canudos que voltaram ao Rio para conseguir a casa que o estado havia prometido como recompensa pela atuação na revolta. Porém, ao retornarem a cidade do Rio os soldados não receberam a moradia e se instalaram no morro atrás da Central do Brasil esperando uma providência, se juntaram a eles os novos homens livres, os ex-escravizados que tinham acabado de conquistar sua liberdade. Por isso, uma das versões contadas atualmente é que por esse motivo o morro foi nomeado de Morro da Providência.



Para darmos início a este tema precisamos entender o histórico que contextualiza estes aglomerados, desde sempre, esquecidos e marginalizados. As reformas urbanas ocorridas entre 1902 e 1906, período do governo Passos, estavam sistematizadas por uma política de higienização da cidade. Quando observamos que o discurso de combate às doenças acabou tendo como foco de combate as ruas estreitas e os cortiços da cidade, esta reforma habitacional foi marcada por uma política de demolição de cortiços e alargamento das ruas, tudo em prol de uma elite comercial que enxergava na estruturação urbana um obstáculo para fluidez de seus negócios.

Abreu (1988, p. 68) relata que:

As condições de higiene sempre foram precárias no Rio de Janeiro (...). O núcleo urbano denso e apertado, cercado ainda de mangues e de terrenos paludosos, cortados por enormes quantidades de valas que, por estarem constantemente entupidas por objetos lançados pela população, não conseguiam escoar água da chuva (...). Para isso contribuía também a proliferação das habitações coletivas pela cidade, especialmente o “cortiço”. Esse tipo de habitação caracterizava-se pela multiplicidade de quatinhos em volta de uma área aberta que, entretanto, era mantida quase constantemente encharcada, já que era ali que lavadeiras (...) faziam seu trabalho.

Já Campos (2010), por sua vez, nos aponta as três versões para o surgimento da favela, a primeira versão se dá pelo retorno de escravos da Guerra do Paraguai (1865-1870). O autor se sustenta em Cunha (1985) que relata a promessa de alforria de escravos que fossem à guerra. Ainda segundo o autor, a solução provisória para estes ex-escravos, agora livres, foi o acampamento nas proximidades do Ministério da Guerra e moradias em cortiços. Nessa versão observamos seu surgimento anterior a Abolição. Ainda o autor destaca:

Nessa perspectiva, os autores de Brasil: Nosso Século, comparando favela e cortiço como lugares de moradia dos mais pobres (...). Dos dois, a pior é a favela um conjunto de barracões toscos, (...) Seus habitantes masculinos são malandros (boêmios, ladrões, valentes) ou aqueles cuja idade avançada ou doenças (como a tuberculose) incapacitam para o trabalho. As mulheres lavam e costuram “para fora”, e as crianças vendem pela cidade, doces, balas e jornais. Predominaram os negros, que já se reuniam em favelas antes mesmo da Abolição, pois o governo imperial havia alforriado multidões de escravos para enviá-los à Guerra do Paraguai (1865-1870) (CAMPOS, 2010, p. 56).

Na segunda hipótese, Campos (2010) nos aponta a tese de Abreu (1992) em que justifica o surgimento da favela em função do retorno de soldados da Guerra de Canudos.

Nessa tese os soldados que voltaram necessitavam de moradia, os negros, estes não necessitavam mais de liberdade, pois a escravidão já havia sido abolida, então foi decidido que os morros da Providência e Santo Antônio se tornassem locais de moradia provisória, porém com o passar do tempo estes locais se tornaram permanentes.

Na terceira versão Campos (2010) destaca o avassalador crescimento populacional da cidade, o número substancial de alforrias entre 1870 e 1880, que em síntese assustou a burguesia, pois esta se sentia ameaçada com esta nova classe de homens livres as quais denominava de “classes perigosas” Campos (2010, p. 60). A necessidade de residir próximo ao local de trabalho, a destruição do cortiço Cabeça de Porco levou muitas pessoas a procurar em residências nas encostas da área central.

Figura 3 - Charge publicada na Revista Ilustrada, n° 646, fev, 1893.



Fonte: apud ABREU, Maurício de Almeida. A evolução urbana no Rio de Janeiro. 4a ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, Zahar, 2013.

## 2.2. SEGREGAÇÃO SOCIO ESPACIAL NA METROPOLE CARIOCA

Nas três versões apontadas, o que podemos perceber em comum é a necessidade. Nesta necessidade encontramos a falta de moradia, emprego e uma sobrevida diante de tantas mazelas sociais. O olhar perverso e preconceituoso é fator marcante, uma “espécie de tatuagem” na história. Nesse sentido, pode-se dizer que se está diante de um processo de segregação residencial de um grupo social por outro quando uma parcela da população é forçada ou induzida, em princípio contra a sua vontade, a viver em um local no qual, se

pudesse escolher, não viveria - ou, pelo menos, não viveria confinada àquele local, ou ainda melhor, àquele tipo de local (SOUZA, 2008, p. 56)

O espaço urbano se torna lócus da exploração capitalista e objeto de disputa espacial e territorial entre classes dominantes e daqueles que vendem sua força de trabalho. Residir próximo aos grandes centros de geração de emprego, como o centro da cidade, zona sul ou pontos estratégicos da zona oeste, onde o surgimento de novos condomínios e por sua vez, vinculado a isto, a expectativa de um comércio local, acaba despertando nas classes mais pobres a esperança de empregabilidade. Afinal, condomínios necessitam de trabalhadores desde a sua construção, assim como o comércio. Estas camadas mais pobres, então, agrupam-se no entorno destas novas expectativas. Em morros ou espaços onde são construídas habitações humildes, as favelas, tentando desta forma se manterem próximas às possibilidades que ali vão surgir: seja no setor da construção civil ou prestação de serviços.

Já para as classes dominantes, que nesse sistema são as detentoras dos meios de produção, estas, sentem-se incomodadas com a presença dos aglomerados de casas humildes que circundam a poucos quilômetros das regiões tidas como de alto poder aquisitivo. Para esta elite, a proximidade com favelas e comunidades carentes significa a desvalorização e/ou ameaça.

A imagem a seguir é de autoria do fotógrafo e jornalista, premiado, Luiz Mourier, Uma fotografia que se confunde com representações do Brasil escravocrata, mas que também explica o pensamento, ou senso comum que muitos que moram em comunidades, principalmente pretos fazem do Estado:

Figura 4 - **Todos Negros**



Luiz Morier - Fonte: Blog "A história bem na foto".

Luiz Morier concedeu entrevista ao Blog "A História bem na foto", descrevendo o cenário e a repercussão que a fotografia (1982) alcançou. A entrevista intitulada "Todos Negros" se encaixa no cotidiano de muitos casos de abordagens violentas que têm como ponto de partida a cor de pele.

Quando eu fiz esta foto, eu estava passando pela Grajaú-Jacarepaguá, e, passando pela estrada, percebi que havia uma blitz. Parei e fotografei a blitz. E me deparei com esta cena, os negros todos amarrados pelo pescoço. E até dei o título da foto de "Todos Negros". E logo em seguida eu fui embora, e mais abaixo tinha uma manifestação dos moradores, eu continuei fazendo a sequência e tal, e fui embora. (...) E essa me trouxe meu primeiro prêmio Esso na minha carreira. A sensação que eu tive foi de humilhação. Senti uma cena humilhante. As pessoas humilhadas, pessoas com carteira de trabalho na mão, dava para perceber que não eram bandidos, porque bandidos não usam um tipo de veste assim. É claro que eles se vestem bem melhor que isso. Eram pessoas simples, humildes, todos negros. Senti que era um ato de humilhação. Estavam sendo humilhados ali, carregados pelo pescoço como escravos (MOURIER, 2007).

Corrêa (1995) nos aponta o espaço urbano como fragmentado e articulado, sendo este, reflexo e condicionante social, um conjunto de *simbos* e lutas. Um *locus* de movimentos constantes, o espaço é produzido e vivenciado por diferentes identidades que tentam estabelecer ali suas características, um campo aberto para mobilidade e conquistas, interligado por fluxos viários e carregado de pessoas.

Ainda segundo Corrêa (1995) este espaço urbano é produzido através da ação de 5 atores. Seriam estes:

- a) Os proprietários dos meios de produção, que são os patrões, estes por sua vez necessitam de terras, espaços, para erguerem seus meios de produção e de recursos humanos, pessoas, as quais eles devem lhes pagar salário pelas horas trabalhadas;
- b) Proprietários fundiários: Estes são os detentores de terrenos ou imóveis <sup>8</sup>;
- c) Promotores imobiliários: Estes são os técnicos, (arquitetos e corretores) A eles é incumbida a função de construção e comercialização respectivamente;
- d) O Estado: em seus três níveis administrativos e espaciais: Federal, Estadual e Municipal - ao Estado cabe a melhor utilização dos espaços urbanos, bem como a parte de obras que melhorem a mobilidade urbana e a desapropriação de imóveis;

---

<sup>8</sup> No geral quanto melhor a localização, para locação ou venda para construções os valores destes terrenos podem ou não ser valorizados. A estratégia de remoção de favelas ou pacificação de territórios é vista com bons olhos pelos especuladores imobiliários.

e) Os grupos sociais excluídos: estes grupos não possuem condições de adquirir moradia ou pagar aluguel, ocupam morros e favelas e procuram se instalar próximo aos centros a fim de facilitar a disputa no mercado de trabalho. As áreas em que buscam habitações, morros e favelas, são precárias no que diz respeito a saneamento e demais políticas públicas (CUNHA, 1995).

Estes atores comunicam-se entre si harmoniosamente ou não. Os proprietários dos meios de produção oferecem o trabalho, onde por lei são obrigados a garantir direitos e salários aos trabalhadores, que nesse sistema lutam por direitos e melhores salários. Os proprietários fundiários, donos de terrenos e imóveis, estão no alvo dos especuladores. Cabe a eles negociar seu terreno ou imóvel. Aos promotores imobiliários cabe a estes oferecerem naquele terreno condições de segurança e lazer, proximidade ou viabilidade de deslocamento que garantam o sucesso do empreendimento. O Estado está no campo da fiscalização, em obras de conservação ou melhoria da fluidez de trânsito da cidade, sendo assim responsável pelo Município, Estados e Municípios. Os grupos sociais excluídos, não têm condições de compra, mas vendem sua força de trabalho como garantia de sobrevivência. A sobrevivência, esta é uma das características mais latentes da população mais carente, não é um caso particular da cidade do Rio de Janeiro, porém o espaço carioca se destaca no que diz respeito ao desequilíbrio social, econômico e paisagístico urbano.

O Rio nas décadas de 1950 e 1960 passou por transformações urbanas profundas. Estudiosos consideram que o marco paisagístico do período foi o Aterro do Flamengo – uma área construída sobre aterros sucessivos realizados na Baía de Guanabara. O local, que se estende do Aeroporto Santos Dumont ao início da Praia do Flamengo, abriga o Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, que dá nome ao complexo de lazer carioca (RIO DE JANEIRO, MultiRio, s.d.).

Um exemplo bem marcante de construção de um bairro sobre um aterro é o atual Parque do Flamengo, no bairro que leva o mesmo nome. O Aterro do Flamengo foi construído com a ideia de proporcionar lazer aos cariocas e ainda contar com uma avenida que ligasse a zona sul e o centro da cidade.

O aterro do Flamengo é conhecido por suas belezas naturais e a conservação por parte do poder público de suas áreas de lazer. Eventuais casos de violência urbana, como pequenos furtos ou roubos, fazem parte da rotina do parque. À noite, o parque é conhecido também por ser ponto de prostituição, porém, nada que venha afastar os investimentos públicos e o turismo e lazer do parque.

As diferenças no processo de investimento público na cidade são gritantes, assim como o descaso e a atenção que são dados aos diferentes pontos da cidade. O olhar do poder público para áreas da zona sul, onde a especulação imobiliária, o turismo e os maiores concentradores de renda moram não é o mesmo olhar para áreas mais periféricas. O tratamento dado ao parque do Flamengo, e sua avenida principal que liga a zona sul ao centro não é o mesmo tratamento que se dá a outra importante avenida ou linha expressa que liga o Aeroporto Internacional ao centro da cidade. Enquanto a Avenida Expressa, que liga a zona sul ao centro, é agraciada de um lado pelas praias e do outro pelo parque do aterro com suas árvores e áreas de lazer bem cuidadas, a Avenida Brasil que liga a Zona Oeste, Baixada ao Centro é ocupada em algumas partes por dependentes químicos que arriscam a própria vida transitando entre os carros.

Na linha expressa, também conhecida como Linha Vermelha, que faz ligação entre a baixada e o centro, também é ponto de passagem para quem desembarca no aeroporto internacional do Galeão. A paisagem, também, assim como na Avenida Brasil, não é valorizada, pelo contrário ela é escondida por tapumes que ficam no entorno da linha expressa, na altura da comunidade da Maré.

Se de um lado encontramos cenários praianos com prédios luxuosos que parecem tentar esconder o aglomerado de casas construídas nos morros que estão na retaguarda em pontos distantes dali, encontramos na periferia áreas com obras inacabadas, como é o caso da Av. Brasil (obras BRT, por exemplo) e formação de territórios de usuários de drogas (cracolândias) em Manguinhos ou na própria Avenida Brasil, aos olhos de transeuntes e visitantes que desembarcam no aeroporto do Galeão e passam pela via expressa.

Os tapumes erguidos na Linha vermelha tentam esconder sem sucesso a dura realidade do carioca que mora às margens da via, na favela. Esta forma paliativa de esconder as péssimas condições em que a maioria da população carioca vive, ou em um melhor entendimento, sobrevive, demonstra o esforço não para gerar condições dignas para sua população, mas para não causar espanto ou indignação aos visitantes que cruzam a linha vermelha. Um paradoxo quando este abandono se depara com a valorização das áreas mais nobres, como a zona sul, ao pensar que estamos dentro da mesma cidade nos acende a conclusão de que neste bolo de classes, o recheio não se mistura.

Colocados em 2016, faltando três semanas para as Olimpíadas, os adesivos foram alvo de críticas, porém o secretário municipal de turismo, da época, Antônio Pedro de Figueira Mello negou:

Assim que começamos esse trabalho, eu já esperei por essa história de esconder a favela. Só que não existe isso, até por ser impossível esconder algo tão grande, ainda mais no Rio, que tem tantas favelas. Tanto que, em alguns pontos, não há adesivos e as favelas podem ser vistas", argumenta Mello, usando uma expressão em inglês para explicar a iniciativa: A única intenção é realmente cuidar do look of the city [o visual da cidade] (G1, 2016).

**Figura 5 - Muro que separa linha vermelha de favela ganha painéis das Olimpíadas**



Fonte: G1 (Foto: Ricardo Moraes/Reuters)

Do outro lado do muro, fica o Conjunto de Favelas da Maré, uma das maiores e mais violentas comunidades da cidade. De acordo com o secretário Antônio Pedro Figueira de Mello, a única função dos adesivos, que têm motivos alusivos aos Jogos, é embelezar a cidade, sem nenhuma intenção de esconder a favela dos olhos dos visitantes que chegam ao Rio (G1, 2016).

Porém quando analisamos o mapa a seguir, percebemos que os adesivos foram colocados em pontos estratégicos da via expressa, estes adesivos escondem aquilo que para os governantes pode afugentar os turistas ou causar uma má impressão da cidade, este trecho, como tantos outros não representam a maravilha da cidade. O pragmatismo como é tratado questões urbanísticas, como as remoções, ou simplesmente, esconder uma favela dos olhos dos visitantes, também é utilizado quando o assunto é segurança pública, ou seja, soluções repressivas de caráter bélico sem nenhum planejamento para o pós-operação, ou seja, asfixia-se o tráfego, mata-se muitas das vezes e depois o que vem é um vácuo, uma lacuna, até a próxima operação.

Figura 6 - Trecho da Linha Vermelha Adesivado



Fonte: G1

Quando uma classe não economiza esforços e capital para se distanciar da miséria, procurando isolar-se, como se estivesse em um mundo paralelo, a autosegregação é uma característica da classe dominante que dialoga harmonicamente com os processos de remoções, pois ambos ignoram a pobreza.

Souza (2008) atenta para os chamados “condomínios exclusivos” como uma forma encontrada pelas classes dominantes em se distanciar e/ou se protegerem da pobreza e da violência. Esta autosegregação contribui para aumentar a barreira entre pobres e ricos, deixando cada vez mais evidente a divisão desigual do tecido sócio espacial geográfico urbano:

A autosegregação acarreta importantes consequências em matéria de fragmentação. Não menos que a formação de enclaves territoriais controlados por traficantes de drogas (ou por “milícias”), a acelerada difusão e a crescente sofisticação dos “condomínios exclusivos” dão sua contribuição, ainda que de maneira menos dramática (...) (SOUZA, 2008, p. 70).

Esta autoproteção, ou melhor, dizendo esse poder de capital para financiar sua segurança não é mais uma particularidade de áreas nobres. O avanço da violência tem



alimentado o setor da segurança privada, porém em áreas mais carentes grupos paramilitares (milícias) também têm oferecido de forma impositiva seus serviços de segurança. São as milícias que estipulam valores a comerciantes e moradores dessas áreas, que caso se recusem ao pagamento podem vir a sofrer retaliações.

Notamos que não há como comparar as duas formas de exploração da violência. A diferença é que enquanto os primeiros contratam um serviço legal para sua autoproteção, o segundo grupo é obrigado a pagar por este serviço, que por sua vez está à margem da legalidade. Neste cenário a polícia assume um papel de desgaste no primeiro caso. Já no segundo surge mais um tentáculo do crime organizado para combater

Para ilustrar o parágrafo anterior citamos o exemplo de comunidades dominadas pelas milícias, onde moradores e comerciantes são obrigados a pagar por proteção, uma prática abusiva e extorsiva. Na matéria do Jornal Extra de Rafael Soares é relatada a cobrança de uma “taxa de segurança” em comunidades da Zona Norte por grupos de milicianos também denominados de grupos paramilitares. Estes grupos de paramilitares, também chamados de milicianos, adotam, ou costumam adotar um modo diferente dos traficantes, costumam proibir a venda de drogas, mas cobram por proteção aos moradores e comerciantes, ou seja, é onde o Estado não atua que a criminalidade, ou melhor, os grupos armados organizados aplicam seu domínio.

Concordamos com Souza (2008) quando ele afirma que a autosegregação é uma solução escapista ou pseudosolução, visto que ela não resolve a problemática social das grandes cidades, nesse caso aqui a violência. Muito pelo contrário, enquanto se fecha as portas dos grandes condomínios, a violência se expande de forma horizontal e vertical. Muros, cercas, câmeras, e seguranças não mais inibem ou amedrontam grupos criminosos que atacam sem qualquer receio de enfrentamento.

Os espaços que abrigam em sua maioria pessoas com baixo poder financeiro são muitas vezes alvos de disputas territoriais onde grupos criminosos adaptam estes espaços em seus territórios de domínio e exploração. Sua população como aqui, já colocada de baixo do poder financeiro, não possui o poder da auto segregação, mas são obrigados a sofrer uma segregação imposta, o que lhes obriga a sobreviver naquele local, convivendo com a violência, a falta de saneamento e algumas vezes a arbitrariedade e abusos da polícia.

Espaços de exclusão da lei e da ordem social, abrigo da população segregada, reduto da violência em seus diferentes aspectos, são apropriados pelas organizações criminosas e/ou ilegais que os faz seus espaços de poder. A violência estrutural

desses territórios vem-se articular a violência organizada do crime na atualidade. Cria-se, assim, o território da violência, porções do espaço urbano apropriadas pelas organizações criminosas que exercem seu poder sobre eles transformando-os em redutos de poder do crime organizado que daí comanda sua atuação na cidade, enfrenta o estado e manobra o seu exército formado pela população excluída que habita esses locais. (FERREIRA, PENNA, 2005, p.158).

Geograficamente, a favela é considerada uma área de difícil acesso, construções de casas sem a observância e preocupação do poder público, ou órgãos de fiscalização. O abandono ou ignorância do Estado sobre estas áreas e seus moradores muitas vezes culminam em tragédias como deslizamentos ou favorecem a organização de grupos armados que exploram aquela área para venda de entorpecentes ou para extorquir moradores e comerciantes.

(...) por três razões principais as favelas assumem uma importância muito grande no comércio de tóxicos nas cidades brasileiras: além de serem mananciais de mão-de-obra barata e descartável, sua localização e sua organização espacial interna são, via de regra, extraordinariamente vantajosas para a instalação do comércio de drogas ilícitas (SOUZA 2008, p. 58).

Souza (2008) ainda destaca como área de valorização para o comércio de drogas a localização da favela. Caso, esta, esteja próxima a áreas de classe média, significa uma proximidade relativamente ao principal mercado consumidor para o tráfico local. Soma-se ainda “estrutura viária labiríntica de becos e vielas estreitas”.<sup>9</sup>

Um caso particular, da comunidade do Morro dona Marta, que nos ajuda a confirmar o descaso do Estado em relação às áreas mais empobrecidas é sua tentativa de tapar o sol com a peneira ou simplesmente querer esconder a realidade de uma cidade que apesar de suas belezas naturais conta com mazelas sociais. As favelas estão distantes do embelezamento dos cartões postais, mesmo estando situadas no mesmo bairro, como é no caso da Zona Sul carioca.

Em 1996 uma visita ilustre de um grande “pop star”, ao Rio de Janeiro foi anunciada com grande expectativa, Michael Jackson viria à Cidade, não para um show em uma arena da Cidade, mas para a gravação de um clipe “They don't care about us”, traduzido “eles não olham por nós”. A escolha da comunidade para a gravação do clipe

---

<sup>9</sup> O que estrategicamente é vantajoso para os grupos que dominam aquele território e extremamente perigoso para aqueles que não conhecem o local, seja a polícia ou grupos invasores.

teve alguns fatores decisivos para sua escolha, pois havia a possibilidade do clipe ser gravado na maior favela da América Latina, a Rocinha.

Caco Barcellos em seu livro, *Abusado*, relata em que seu personagem Juliano VP, nome fictício do Mario Amaro de Oliveira, um dos chefões do tráfico na favela da zona sul carioca, garantiu a equipe de Spike Lee segurança e tranquilidade para a gravação do clipe: “Como Juliano “empenhou a palavra”, garantindo tranquilidade e segurança para as gravações de Michael Jackson, Jorge escreveu no seu relatório de produção que, se dependesse dele, a favela escolhida seria o Santa Marta”. (BARCELLOS, p.328, 2003).

O fator decisivo, prioridade do diretor Spike Lee, foi a paisagem deslumbrante com seus contrastes: à frente do morro está o espelho da lagoa Rodrigo de Freitas, cercada de prédios luxuosos, atrás o mar da baía de Guanabara, à esquerda a montanha banhada pelo mar, que forma uma das imagens mais conhecidas no mundo, o Pão de Açúcar, e à direita outro cenário carioca famosíssimo, o Corcovado, e várias favelas, entre elas o Santa Marta que nunca aparecem nos cartões postais embora esteja aos pés do Cristo redentor (BARCELLOS, 2003, p.328).

Todavia, o governo da época (Marcello Alencar) não viu com bons olhos, aquilo que iria aparecer no clipe, pois a equipe escolheu uma favela, um morro, mostrando a realidade carioca, aquilo que o governo sempre segregou, removeu e procurou esconder.

Dias antes das gravações, a vinda de Jackson ao Brasil ainda não estava confirmada devido à polêmica diplomática gerada pelo clipe. O então secretário estadual de Comércio e Turismo do Rio de Janeiro, Ronaldo César Coelho, e o ministro dos Esportes da época, Édson Arantes do Nascimento, o Pelé, promoviam uma campanha contra a gravação do clipe na favela. Alegavam que a exposição da pobreza dos morros brasileiros era negativa para a imagem do país no exterior (BARCELLOS, 2003, p. 328).

A gravação do clipe em 1996 trouxe como cenário a favela e seus moradores.

**Figura 7 - Michael Jackson gravou clipe no Morro Dona Marta em 1996.**



Fonte: Agenda Bafafá

### **2.3. A CIDADE PERDE A ÉGIDE QUANDO O ASSUNTO É TERRITÓRIO**

O território, na visão de Claude Raffestin, nos traz a reflexão de uma relação de poder, onde o território é entendido como objetivo de um ator, ou seja, o território é articulado dentro do espaço. “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (...)” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Raffestin (1993) então destaca que o espaço é anterior ao território e está no hall dos especuladores, “matéria prima”. Sendo assim, o território se forma a partir dos atrativos e promessas que aquele espaço produz e pode produzir. O território assume sua identidade e características, mas a expansão do território, ou seja, de poder e domínio descrevem uma personalidade colonizadora, a expansão de domínio não vem antes de um estudo das características do próximo controle, que assim se resolverá através da conquista e domínio.

O domínio por si só não fideliza o espaço ao território, como colocado anteriormente, existe uma relação de poder, e o poder não é imortal, sua manutenção exige trabalho e inovação.

Para a organização de uma cidade, é indispensável a ela, a formação de uma estrutura que a levará a uma condição de território. Ou seja, de domínio. Os traços da arquitetura de projeção ao poder nem sempre são visíveis, podem estar no campo das

ideias e planos, porém não deixam de ser fundamentais para formação e expansão de domínio.

De acordo com o que afirma Raffestin (1993, p. 151), o território em si mantém-se através de suas particularidades. Todavia, estas particularidades não são exclusivas e esta característica permite a relação de redes, nós e tessituras que além de permitirem uma expansão de poder produzem uma hierarquia de domínio.

Um território assemelha-se a outro através dos signos, costumes e coesões políticas, sociais, econômicas e até mesmo quando voltadas ao que está à margem da legalidade. Estes domínios podem se espalhar em pontos estratégicos que estão ligados diretamente à demanda que o espaço ali pode oferecer, sendo assim, logo se entende que na estrutura organizacional de uma cidade, quando observamos sua funcionalidade, redes, nós e tessituras estão presentes. A cidade procura se entrelaçar em uma estrutura harmônica para que o poder central, nesse caso o governo, tenha o domínio da Cidade ou Estado.

Todos somos atores de modificação e formação do território. É salutar afirmar que um território não se extingue, ele se transforma. Sua transformação pode atender a uma escala temporal, a interesses políticos, econômicos que vão agir diretamente na conjuntura social daquele espaço. O ator ou atores de modificação e transformação do território podem ser o Estado, organizações legais ou não.

Para uma escala menor, o ator pode ser o indivíduo em seu próprio local de controle que exerce ali seu domínio. Uma quebra deste domínio pode levar a uma ruptura da harmonia local, aos costumes. Isso leva a uma mudança radical na rotina daquele espaço, agora sob um novo domínio. Estas mudanças interferem diretamente nos indivíduos pertencentes aquele espaço, ou seja, a remodelação do território expressa uma alteração também na rotina de seus habitantes.

Rogério Haesbaert provoca na discussão de território uma definição múltipla, apresentando a complexidade do tema, apresentando quatro macrodimensões territoriais: política (hegemônica e que o encara como espaço delimitado/controlado, por meio do qual se exerce determinado poder); cultural (como produto da apropriação da dimensão simbólico-subjetiva por um determinado grupo em relação ao seu espaço de convivência); econômica (com a prioridade da dimensão espacial das relações econômicas, sendo visto como fonte de recursos e local de lutas entre classes sociais ou entre capital-trabalho), e a naturalista (concepção de território animal de demarcação de espaço físico, enquanto característica humana inata) (ALMEIDA, 2014, p. 75).

Sendo assim, dentro da lógica para organização e desenvolvimento da territorialização, o processo se desenvolve em função destes quatro elementos que a partir do interesse almejado se interligam.

A territorialização em si, por parte do Estado ou não, sempre assume a identidade de controle. Portanto o Estado guarda uma diferença. Assume o compromisso da pluralidade, ou seja, respeita fatores singulares dos grupos, respeita signos, costumes, religião e outros, desde que estejam contidos dentro do conjunto de regras legisladas pelo próprio Estado.

Considerando a complexidade, principalmente, dos grandes centros, se desenvolve um novo poder, e como tal necessita de controle, o que vai estar ligado diretamente à questão de um espaço e sua territorialização. A territorialidade fechada/uni territorial

Nesse contexto não existe a compreensão e perpetuação por fatores já existentes, a esta perspectiva podemos usar o exemplo de colonização, ou seja, há a imposição de novas culturas, signos, ou seja, a reformulação do território, que sob novos domínios com outros atores vão representar esse novo território. A territorialização é impossível de não existir, seja em que modo aquele espaço esteja condicionado.

Podemos citar aqui o exemplo da área do Prédio da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, também conhecido como “piranhão”. Aquela área, antes da construção da Cidade Nova era conhecida como um território voltado a prática da prostituição. Hoje, somente através da busca sobre a história do local ou em algumas lembranças conhecemos essa realidade.

Mas enfim, ali houve um processo des-re-desterritorialização, logo, o território recodifica-se, assume novas características culturais, políticas, fins de obtenção de controle econômico e político, seja de teor administrativo e/ou econômico.

A territorialidade seria como uma essência viva, com um pulsar. O território assumiu durante décadas características singulares, constituiu-se, adquiriu dinâmicas. Houve abandono do território por alguns, seguida por uma ocupação, por outros.

Poderes que se encontram hoje, assumindo o controle e, portanto, o território pode ser dissolvido. Mas para isso deve-se nesse ponto assumir a responsabilidade de entender toda essa complexidade particular desses territórios. A des-re-territorialização vem nesse caso não através de retroescavadeiras ou atropelamento militar, mas através de propostas, planejamento e interesse em executar um trabalho que tenha como objetivo não um colonialismo, mas a promoção da cultura, dos costumes, e valorização do espaço.

O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo (...) (SOUZA, 2006, p. 78).

O território e o poder estão intimamente ligados, não há como existir território sem controle, este, então, vincula-se e não se distancia das diversas relações que podem formar o processo de territorialidade. Sejam estas políticas, econômicas ou culturais. Toda e qualquer razão de poder implica em domínio e logo na formação ou reformulação de território. O interesse na territorialidade para exercício do poder está ligado a um interesse e sua ordem que vai de encontro com a fertilidade daquele espaço

A relação de poder, esta, precisa estar em constante controle sobre os atores (indivíduos) daqueles espaços. Uma relação exercida através da força e do medo quando tem sua territorialidade ameaçada. (...) toda diminuição de poder é um convite à violência - quando pouco porque quando aqueles que detêm o poder e o sentem escorregar por entre as mãos, sejam eles o governo ou os governados, encontram sempre dificuldade em resistir à tentação de substituí-lo pela violência. (ARENDR, 1985, p.49).

Estes poderes, sempre buscam extrair daqueles territórios os insumos para sua manutenção. Seja para o comércio de drogas, exploração de serviços que são de responsabilidade do poder público como a segurança, a venda de gás de cozinha, água, ou até mesmo a exploração imobiliária clandestina. Para o poder público, e para muito que almejam representar ou representam do Estado, as áreas periféricas, favelas e morros cariocas são vistas como terreno fértil para exploração eleitoral.

#### **2.4. LUZ OU TIROTEIO NO FIM DO TÚNEL**

Era ao som do samba 'Juízo final', um dos mais célebres de Nelson Cavaquinho, que o governador do Rio de Janeiro apresentava, em agosto de 2010, o programa 'Pacificação' por Sérgio Cabral. "Nós vamos terminar o segundo mandato, se eu for reeleito, sem nenhuma comunidade com poder paralelo no Rio de Janeiro", dizia, à época. 'Isso é um compromisso meu' (REVISTA FORUM, 2014).

Faz algum tempo, uma cidade com todos os problemas que circundam uma metrópole: Segurança, saúde, questões sociais, era alvo de um projeto que se distanciava de todo aquele “prato feito” servido quando o assunto é violência urbana. Sua população abraçou este projeto e acreditava na solução para os constantes confrontos urbanos e tragédias sociais. A grande mídia determinava um futuro de paz através de suas propagandas de cenário novelístico juvenil. A iniciativa privada profetizava o desenvolvimento econômico e já demarcava áreas que tinham como objetivo se tornar pontos turísticos e, é claro, produzir a imagem de segurança frente aos olhos do mercado estrangeiro que estava a convite para os grandes eventos que estavam por vir.

O combustível para seguir este caminho e alcançar o objetivo vinha da mídia que através de telenovelas, programas de TV, destacando o famoso churrasco na laje e o banho de sol nos terraços, com participação efetiva e descontraída de personalidades burguesas e turistas davam a tônica da inclusão da economia no local. Muitas casas foram reformadas para atender a clientela. O valor da cervejinha gelada já não era mais o mesmo, o favelado começou a perder espaço, pois a pacificação parece que trouxe mais segregação, só que agora na própria favela. Era a favela deixando de ser do favelado. Ou seja, quando o capital chega ele traz vagas limitadas para quem tem para investir. Aqueles que não possuem capital para investir são sucumbidos ou forçados a se retirar.

“Ah, só de tirar o armamento da favela já foi uma grande coisa”, relata Edmilson Carlos da Silva, 53, nascido e criado no morro da Babilônia, pacificado em junho de 2009. Antes, lembra adolescentes de 13 ou 14 anos portando fuzis já faziam parte da paisagem do morro. O elogio é logo seguido pela constatação do aumento do custo de vida, muitas vezes responsável pela expulsão de moradores antigos da comunidade, a chamada ‘remoção branca’. ‘Antes, você alugava uma casinha aqui por R\$ 300’. Agora, por menos de R\$ 900, você não consegue nada (FORUM, 2014).



**Figura 8 - No Santa Marta, lage possui teto retrátil com controle remoto**



Fonte: Taissa Thum, G1.

Com pinceladas de aquarela, o carro abre-alas do governo com motor da iniciativa privada estava em uma comunidade da zona sul trazendo como destaque a promessa de serviços públicos e privados. Diante disso concordamos com Carlos (2015) em que o propósito da acumulação de capital se concretiza na produção de um espaço para sua realização, ainda apontando que a superação dos momentos de crise se faz pela incorporação de novas produções ao processo de acumulação. Nesse sentido, “(...) o capital só pode se realizar através da estratégia que torna o espaço um momento do processo produtivo. Nesse momento, a reprodução da metrópole é condição necessária à reprodução do capital” (CARLOS, 2015 p. 44).

As Unidades de Polícia Pacificadora surgiram com o propósito de remodelar o cenário das favelas do Rio de Janeiro, cidade esta que já amargava o histórico singular que o crime organizado lhe dava. O tráfico de drogas com seu alto poder bélico ostentava e assustava, manchando o cartão postal da cidade.

O modelo da política de segurança pública apresentado era encantador. O plano de segurança para o Rio não se daria através da força, ou somente, mas contaria com o acréscimo de políticas voltadas a atender as famílias carentes, inserir aquele território na roda gigante neoliberal, tradicionalmente cunhada como cidade turística, apesar dos altos índices de violência urbana que disputam com as mais belas paisagens as colunas dos jornais internacionais, a cidade precisava ser agora produzida para o comércio.

Concordamos assim com Alvarez (2015), se a cidade é produzida como negócio ela transforma-se simultaneamente em preparada para segregação, sendo assim objeto de

produção e uso para a realização econômica da propriedade privada. A pacificação também trouxe a exclusão, em áreas situadas na Zona Sul, por exemplo, a especulação imobiliária também veio a reboque.

A cidade do capitalismo e, especialmente a partir da expansão industrial, é cada vez mais produzida como mercadoria, em fragmentos, por meio do trabalho nela cristalizado, que contém em si valor (valor de uso e valor de troca) e também como meio de circulação de capital, permitindo que ele se realize propriamente. (ALVAREZ, 2015, p. 66).

O projeto tinha um grande desafio e para isso era preciso investir em uma nova polícia que se apresentasse afinada com a nova proposta de segurança pública para o Rio, construindo com isso um elo de segurança e confiança entre as partes envolvidas diretamente nesse projeto: policial e cidadão.

O Brasil, em 2007, foi escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2014 e já lançava o anzol para fisgar as olimpíadas de 2016. A cidade precisava negociar seus atrativos, vender uma imagem atrativa e segura, pois agora havia uma disputa com outras cidades do mundo que também vislumbravam sediar os jogos olímpicos.

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) foram iniciadas no Rio de Janeiro em 2008 com seus primeiros decretos de criação em janeiro de 2009. A política foi inicialmente planejada para cobrir de 40 a 45 territórios, que corresponderiam a mais de 200 favelas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro até a Copa do Mundo de 2014 (MISSE, VARGAS, FILHO, 2020).

Em pesquisa realizada pelo Laboratório de Análise da Violência (LAV), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), coordenado por Ignácio Cano, indica uma forte relação entre as favelas escolhidas e os grandes eventos esportivos internacionais que viriam a ocorrer na cidade dali até pelo menos 2016, indicando uma espécie de “cinturão de segurança” em torno dos locais dos eventos, bem como de áreas turísticas mais importantes, ou seja, uma construção seletiva, dividindo-se em três regiões: Zona Sul, Centro da Cidade e uma região específica da Zona Norte conhecida como cinturão da Tijuca. Esta ligação também explica a voracidade com que o programa foi aplicado, a ideia era apresentar uma cidade planejada e preparada para os megaeventos. Este cinturão acabou apresentando a ideia principal do projeto, em que mais uma vez o povo não era a primeira opção.

Nestes momentos de transição, em que estando a sociedade dividida, os interesses, as análises, as sensibilidades, são amplamente contraditórias e antagônicas, os problemas da instituição e da norma, sobretudo porque muito carregado

ideologicamente conduzem a oposições frontais: o medo da desordem disputa com o medo da nova ordem. Permanecem então estruturas deserdados ao mesmo tempo em que nascem realidades não institucionalizadas. E aí num espaço ainda incerto e mal definido, que se pode forjar uma aliança entre aqueles a quem suas lutas ensinaram os riscos de toda institucionalização e regulamentação e àqueles cujo novo saber buscam uma legitimidade para que sejam produzidas, não melhores regras de vida, mas novas possibilidades de vida.... se, se pudesse esperar uma transição permanente (POULANTZAS, 1977, p.272).

A presença do Estado, representado pela polícia, acaba, sempre, sendo interpretada como uma medida de força brutal. O sentimento de medo dos tiroteios, bala perdida que pode vir de qualquer um dos lados, (crime organizado e polícia), intimidações, abordagens truculentas feitas por alguns policiais, fazem com que esse medo tome conta de todos que ali moram, mesmo não sendo coniventes com atos ilícitos. Se, de um lado, o Estado e a sociedade criaram o estereótipo do bandido: preto, favelado, com vocabulário de gírias, o pobre, preto, favelado e marginalizado também criou uma imagem da polícia, como sendo esta, opressora e preconceituosa.

Uma importante lei estadual, a lei n. 5588/2009 que garantiria maior transparência durante operações ou atuações da polícia que se refere à instalação de micro câmeras no uniforme dos agentes, foi sancionada pelo governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro. Porém, a lei que inibiria abusos por parte dos agentes foi sancionada com veto que determina que o comandante da operação tenha o direito de ligar ou não a câmera. Castro, ainda, completou afirmando que nem todo mundo pode ter acesso às imagens, alegando que isso colocaria exposta à ação policial, prejudicando novas operações.

As áreas mais empobrecidas da cidade contaram sempre com o abandono social e econômico e se já não bastasse, ainda sofrem com incursões truculentas. O morador de favela sabe a lei que impera, sim digo impera, pois esta lei está bem distante daquela que conhecemos da Constituição Federal.

Esta rotina que se arrasta há anos, contrariando direitos fundamentais à pessoa humana, entraria como um questionamento: Será que mudaria após a nova política de segurança (UPP)?

Para o pobre, preto, favelado o convívio com o descaso e precariedade em serviços públicos essenciais como saúde e educação acabam duelando com a política de segurança pública. As incursões em favelas e morros cariocas afetam diretamente a vida dessas pessoas, que muitas das vezes têm suas consultas médicas adiadas, pois o posto de saúde comunitário não abre em dias de operação, aulas nas escolas que circundam a região

também são suspensas. Ora, se o Estado, já deixa a desejar na disponibilização de serviços públicos, estes, se tornam ainda mais enfraquecidos ou inexistentes em dias em que a política de segurança pública encara a favela como um território inimigo.

A imagem transmitida pela favela é a do abandono. Se não fossem os esforços dos próprios moradores e da associação comunitária o quadro seria pior. A falta de saneamento básico, escassez de água e de serviços públicos, e do próprio abandono governamental e da ausência do Estado, provocam e estimulam ações truculentas em operações policiais. O medo dos moradores e a marginalização da favela por parte da sociedade contribuem para que a favela seja um território sem lei durante as ações da polícia. Um submundo que precisa ser dominado através da força. Rotinas básicas de socialização e cordialidade perdem a importância e a violência acaba sendo a linguagem exercida e entendida. A generalização está antes de cada morador, a individualidade existe, a lei do mais forte é para todos.

Essa leitura coloca o morador de favela em situação de vulnerabilidade, a parte que deveria, nesse caso, proteger, sente-se então empoderado para promoção e execução de suas próprias determinações.

A igualdade de direitos seguiu e segue seletiva, o que reacendeu na população da favela o sentimento de indignação. Hoje, associações, ONG's, representantes da sociedade civil, se tornam ouvintes e voz dessas comunidades, levando a conhecimento público acontecimentos que destoam da legalidade.

## **2.5. A ESTRATÉGIA DE QUEBRAR O ESTEREÓTIPO**

O programa de segurança pública que deu origem às UPP's começou a funcionar em 19 de dezembro de 2008, quando foi instalada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora, no morro Dona Marta, no bairro de Botafogo, zona sul da cidade.

O ano era 2008, ali se dava a primeira investida não só calcada na força para a solução do crescimento vertiginoso da violência. A realização da UPP segue um passo a passo, um caminho a ser percorrido que, é claro, não devia terminar com a instalação do container azul e branco. O uso da tradicional força policial, através do Bope e do batalhão de choque da polícia para ocupação, verificação e controle é o caminho utilizado para a instalação da base de polícia pacificadora. Tais investidas, sempre foram antecipadas na mídia, o que de certa forma reduzia a possibilidade de confrontos diretos.

Outro desafio em particular que os policiais das UPP's tinham pela frente era enfrentar o assédio de criminosos, que ainda resistiam em determinados pontos das

comunidades atendidas pelo programa. Este assédio é feito muitas das vezes em forma de tentativa de suborno. Em matéria publicada no dia 15 de agosto de 2009, no jornal O Globo, a pesquisadora e coordenadora do CESeC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania) Silvia Ramos, afirma que os policiais das UPP's aparentam estar preparados para resistir à tentação: “Eles são a elite da PM. Se os moradores souberem que estão recebendo propina do tráfico, ficam desmoralizados” (RAMOS, 2009)

A comunidade do Morro Dona Marta teve suas casas pintadas com cores vivas alegres, dando um colorido especial na parte frontal do morro. A maquiagem nos remete a embelezamento. Porém existia também, a suspeita de que o projeto UPP poderia ser uma forma de além de monitorar e controlar a vida dos moradores, alterando seus costumes, era também o de apenas maquiar, esconder a pobreza, a miséria, ou seja, uma mudança de domínio da favela, mas apenas como formas de coibir a violência por parte do poder paralelo e doutrinar aquele território. Com o tempo estas suspeitas começaram a entrar no campo das certezas. As mazelas sociais continuavam a ser ignoradas e a violência, os confrontos e abusos tornaram-se mais frequentes. “Quando a nova ocupação policial da comunidade do Morro dona Marta foi iniciada em 2008, havia acabado de se formar uma Companhia de Policiamento Comunitário no Batalhão de Botafogo” (MISSE, VARGAS, FILHO, 2020, p.69).

Um projeto de tamanho empreendimento, porém, que conta com lacunas sociais (construídas pelo próprio capital) como distanciamento e insegurança da população carente com o Estado foi recebido com esperança pela população. Além da reforma institucional, outra dimensão imprescindível para o sucesso da iniciativa era o projeto denominado “UPP Social” – uma articulação de obras de infraestrutura e serviços públicos voltados para as demandas específicas de cada comunidade – que complementar a intervenção policial com a melhoria das condições gerais de vida nas favelas ocupadas (HENRIQUE, RAMOS, 2011).

O projeto de fato trazia uma nova roupagem na política de segurança pública, seu objetivo principal era o domínio daquele território, a mitigação de confrontos armados o que resultaria com isso em sub objetivos:

- 1-Permitir a entrada ou a expansão dos serviços públicos e da iniciativa privada, tradicionalmente limitada pela ação do poder paralelo dos grupos criminosos;

2- Aumentar a formalização das atividades econômicas e dos serviços no local, bem como da vida historicamente submetidos a condições de informalidade.

3- Contribuir a uma inserção maior desses territórios e seus habitantes no conjunto da cidade, desativando a visão tradicional de “cidade partida” que caracteriza o Rio de Janeiro (CANO, BORGES, RIBEIRO, 2012, p. 23).

Quando observamos esses objetivos é fato que nos preenchamos de esperança. Para os moradores das comunidades atendidas pelo projeto também não foi diferente.

Vale lembrar que sempre houve quem se colocasse in limine contra o projeto, seja por enxergá-lo como mera militarização da segurança pública e coação aos habitantes de favelas, seja, ao contrário, por defender a estratégia puramente repressiva. Mas também houve quem visse nesse programa um grande potencial de transformação, sem, contudo, minimizar os obstáculos e riscos interpostos à efetiva realização dos seus principais objetivos: levar segurança e melhores condições de vida às comunidades populares, e mudar a cultura e as práticas da polícia militar fluminense (MUSUMECI, 2017, p.5).

## **2.6. DESDOBRAMENTOS**

É claro que a instalação das UPP's teve um novo desdobramento. O crime organizado migrou para outras áreas do Estado, principalmente Baixada Fluminense, Metropolitana e regiões litorâneas, gerando com isso uma sementeira da praga aqui instalada em outros municípios que passaram a se formar como territórios do crime organizado. Mas voltando à questão da cidade do Rio de Janeiro, os primeiros anos de instalação das UPP's pareciam estar no caminho certo, segundo dados do Instituto de Segurança Pública entre 2007 e 2013 houve uma queda de quase 80% dos casos de letalidade violenta em áreas atendidas pelas UPP's. Ou seja, nos primeiros anos, de fato, percebeu-se resultados, pelo menos nos casos de mortes provocadas por confrontos, mas isso não significava o fim do comércio varejista de drogas nesses territórios. Não havia ostentação e desfile de armas e drogas, mas o tráfico ainda existia.

Era de fato o que parecia, o entusiasmo ou politicagem promoveu a aceleração do programa. Novas UPP's foram criadas, o programa virou garoto propaganda do governo para os jogos olímpicos de 2016. De acordo com Cano, Borges e Ribeiro (2012, p. 26): “A localização das UPP's no tecido urbano da cidade é claramente seletiva”, deixando

evidente que a seleção dos locais foi influenciada pela celebração dos grandes eventos da cidade, Copa do Mundo e Olimpíadas.

Porém algumas particularidades foram desconsideradas. Olhar um programa como este de forma genérica e imaginar produzi-lo de forma sistemática, quase um modelo fabril é arriscar todo um esforço e sucesso que se deu nos primeiros anos do projeto. Estaríamos desta forma, somente levando o nome do projeto e abrindo mão de sua essência.

Toda essa sistematização do programa UPP promoveu sua descaracterização e o abandono de sua ideologia, a busca desenfreada para instalação do container azul e branco leva, é claro, à demanda de recursos humanos, sendo estes os policiais, que sem preparo para agir sob a farda da proximidade chegavam àqueles territórios prontos para o enfrentamento. Musumeci (2017) destaca a má avaliação do treinamento específico para polícia de proximidade; a predominância de atividades tradicionais de policiamento ostensivo sobre as práticas de aproximação; o forte apego ao porte de fuzis e ao modelo bélico de polícia.

Alguns arrolados de casos foram deteriorando as estruturas do projeto, que tinha como espelho o programa de segurança colombiano. Ora, até o teleférico foi construído!

As sinalizações de problemas já eram bastante claras: formação inadequada; baixa valorização dos policiais; falta de investimento na sistematização e na implementação das práticas de proximidade; baixa institucionalidade do projeto; falta de interlocução com lideranças e instituições locais; predominância de atividades convencionais de policiamento ostensivo; apego aos velhos modelos de polícia, mesmo tratando-se de policiais novatos, recém-formados; falta de comunicação corporativa e de trabalho motivacional junto aos agentes de ponta (MUSUMECI, 2017, p.7).

A crise econômica que se abateu sobre o Estado afetou diretamente aos policiais militares que perderam com isso a garantia do salário na conta, (o que para qualquer trabalhador tem um peso considerado). O caso Amarildo (pedreiro que “sumiu” depois de uma abordagem policial), denúncias de abusos de autoridade reacenderam o medo e a incerteza da população dos morros e favelas cariocas, o fim dos mega eventos e o abandono do Estado foram interpretados como “boas vindas” pelo crime organizado.

## **2.7. DO CONTAINER A TORRE BLINDADA, UM RETROCESSO.**

No Complexo do Alemão, onde se deu a tão famosa frase “retomada de território”, em abril de 2017, foi instalada uma torre blindada de 6 metros de altura, capaz de suportar tiros de fuzil e até granadas, uma atitude que transborda incoerência em uma área que se dizia pacificada desde 2010.

A instalação da torre traz inquietações para o programa e promove os questionamentos de especialistas. Em entrevista ao Jornal O Globo on-line, a socióloga e pesquisadora Silvia Ramos criticou a torre: “— Aquela estrutura simboliza a perda de legitimidade. Para instalar a torre, a polícia se sentiu no direito de ocupar casas de moradores. Os PM’s balearam e foram baleados. Que proteção é essa? A política de segurança do estado perdeu totalmente o sentido”. (Torre da discórdia, O Globo, RJ, abril, 2017).

O sociólogo Ignácio Cano, coordenador do Laboratório de Análises da Violência da UERJ, completa apontando que instalar uma torre blindada na Nova Brasília, favela que conta com uma UPP, “é inverter a lógica”, já que “o principal objetivo de qualquer ação policial deve ser proteger as pessoas”.

Outras estruturas fortificadas foram colocadas, uma no Largo da Vivi e outra no Campo da Torre. Também foi construída uma estrutura com cimento preparado para absorver fortes impactos na localidade conhecida como Alvorada.

A reutilização da ideia de uma polícia de enfrentamento e autoproteção em um território que já se dizia ocupado nos leva a materialização da seguinte ideia: “O domínio através da violência pura vem à baila quando o poder está em vias de ser perdido” (ARENDDT, 1985, p.80).

A manutenção da polícia naquele território já se encontrava ameaçada, o projeto de pacificação encontrou duras barreiras, desde o seu início. O uso de tanques das forças armadas, um cenário de guerra sendo transmitido ao vivo pelas redes de TV já sinalizavam que o programa precisava respeitar particularidades de cada região antes de vislumbrar o sucesso.



Figura 9 - **Complexo do Alemão: Torre blindada.**



Fonte: Márcia Foletto. Agência O Globo.

## **2.8. FALTOU EMPATIA DO ESTADO COM O POLICIAL E DESTE COM A FAVELA**

É necessário ao policial o entendimento de que está ali com uma proposta de mudança, em busca de uma convivência harmônica com a população, fazer valer sua presença, não com fins de dominância e repressão, pois estas levam a um entendimento contrário à proposta do programa, e que por sua vez já são conhecidas e temidas pela população local.

(...) nessa estratégia utilizada pela UPP, a aproximação do policial com a população deve ocorrer de maneira útil e sutil. Como grande parte da população das favelas sente medo da polícia por conta de sua prática truculenta em conflitos com os chamados criminosos, a atual estratégia busca suavizar a violência policial por meio do revestimento da palavra, na qual UPP passa a representar a ‘polícia da paz’ (CABELEIRA, 2013 p. 170).

Casos de violência começaram vir à tona se tornando visíveis: Denúncias vindas a partir das redes sociais por queixas de associações de moradores, reuniões com ONG’s apresentaram o lado obscuro das UPP’s. Todas aquelas lembranças adormecidas agora retornavam remodelando o cenário já conhecido, porém temido pelos moradores. Mas como explicar que quem deveria levar proteção promove o medo e revolta? Entrevistas realizadas com praças e com o subcomandante de uma UPP, realizada por pesquisadores do Laboratório de Análises da Violência (LAV UERJ) revelam um desentendimento entre o policial e a perspectiva do programa:

Entrevista 1:

(...) Se a comunidade é o berço da criminalidade, porque os vagabundos descem né? Geralmente os vagabundos descem daqui para cometer crimes no asfalto, aqui é que está o foco do problema, como é que você vai andar de calça social aqui, vai botar você no meio do ninho, com uma pistola, com uma calça social, com um uniforme de você trabalhar em um escritório? - Soldado comunidade 3 (CANO, BORGES, RIBEIRO, 2012, p.178).

Esta fala reflete o preconceito por parte de alguns soldados, mas também o medo. Para eles, a favela acaba sendo o lócus da violência e a política de segurança pública é uma questão de trincheiras.

Entrevista 2:

(...) A sociedade tem uma falsa visão da comunidade, qual é essa falsa visão? Os bandidos dos morros representam um ou dois por cento da população na favela, mas isso não é verdade. Pode representar um ou 2% mas tem os associados com o tráfico, por quê? O bandido, como a gente fala, é cria da comunidade, sendo cria da comunidade, ele tem parente aqui, tem pai, mãe, primo. Então quando acontece alguma confusão, esses associados vão ficar do lado de quem? Da polícia ou do bandido? O cara que cresceu na favela com certeza vai ficar do lado de quem cresceu na favela, então você joga aí que 60% da população é contra a pacificação. – Soldado comunidade 1 (CANO, BORGES e RIBEIRO, 2012 p.178).

A questão é quem estava desconfiado de quem, quem descreditou no programa, o morador, é fato, é refém de operações truculentas e mal planejadas, para ele, uma mudança, uma inserção é a esperança de uma nova forma de vida. Para o policial, muitas das vezes, ele acredita que sempre vai ser visto como algoz. Isso é fácil de entender, devido ao próprio histórico das violentas operações. Então, o que mais seria necessário, uma nova política de segurança pública, ou uma nova polícia?

Entrevista 3:

(...) Batam, pô, lá todo mundo fala que lá é uma maravilha aquela UPP lá, por quê? Lá era uma área de milícia, e numa área de milícia a comunidade tinha uma aceitação melhor com polícia e não via a UPP que entrou como alguém que ia atrapalhar o negócio ali em nada. Aí já tinha uma aceitação. Pô, quem tá lá não quer sair de lá (...) o policial que tá lá não quer sair de lá e não adianta sair pedindo que não tem vaga (...) - soldado comunidade (CANO, BORGES, RIBEIRO, 2012, p.180).

Ora! Dessa forma, onde estaria a retomada de território? A entrada de serviços privados? Em pontos dominados por milicianos é sabido que estes além de dominar o território, cobram por segurança, a comerciantes e moradores, além de controlar a venda

de gás, água e internet e TV à cabo, transporte e ainda impedindo que empresas legalizadas ofereçam seus serviços no local.

Entrevista 4:

Pra falar a verdade pro senhor, o que a gente percebe é que muitas vezes o policial provoca o desacato (...). Não digo nem que tenha intenção, mas a forma dele abordar o cidadão acaba gerando aquele estado de espírito mais acirrado e a pessoa acaba desacatando (...). Isso hoje em dia é um dos nossos maiores trabalhos, de colocar na cabeça dos policiais que não se deve provocar esse tipo de coisa, de tentar conduzir a ocorrência de uma forma tranquila, de uma forma em que uma coisa pequena não se transforme em algo muito maior. (...) - subcomandante, comunidade cinco. (CANO, BORGES, RIBEIRO, 2012 p.179,180).

Diante disso, o que observamos é uma total instabilidade na proposta de solidez do projeto. Os policiais mal preparados e com o vício da desconfiança. Toda essa desarmonia inviabiliza a aproximação de ambas as partes. Mas não é somente a desarmonia entre moradores e policiais, o crime organizado ainda resiste – o que gera confrontos e uma busca por expansão de território. Logo, o que era para ser um projeto de inclusão social e estreitamento entre o asfalto e a favela virou um cenário de guerra e conflitos. A estátua de Michael Jackson com um fuzil pendurado no pescoço na comunidade do morro Dona Marta, vitrine do Estado para o programa, virou símbolo da ameaça de retomada de território pelo crime organizado:

**Figura 10 - Foto da Estátua de Michael Jackson com um fuzil no Morro Dona Marta viraliza**



Fonte: O Globo.

Porém, o Estado precisava mostrar que estava presente, e como em uma guerra de gato e rato, policiais da UPP colocaram um boné na estátua, essa demonstração de força por parte dos policiais mostrou a fragilidade da ocupação ou retomada do território pelo Estado.

**Figura 11 - Após fuzil, foto de Michael Jackson aparece com boné da polícia militar.**



Fonte: Blog do Amaury.

Os morros e favelas cariocas, além da poesia muitas vezes cantada em versos de samba, também tem sua rotina descrita nas páginas de jornal ou noticiários quando o assunto é violência e carência de serviços básicos como saneamento e saúde.

O Estado não se fez presente à massa de pessoas destas áreas, na mais triste realidade, foi determinada a sobrevivência. Diante disso um poder paralelo percebendo a carência social, como a de uma donzela à espera de seu príncipe oferece a dita “assistência”. Com leis próprias, esse poder paralelo oferece a “segurança” e em algumas vezes condições (suspeitas e arriscadas) de lazer, porém sem nunca se distanciar de sua personalidade ameaçadora aos que discordarem de suas leis. “Poder, força, autoridade, violência - nada mais são do que palavras a indicar os meios pelos quais o homem governa o homem (...)” (SOUZA, 2006, p.79).

Em Vicente de Carvalho, na Praça Cotigi, em um dos acessos do Morro do Juramento, uma piscina foi construída de forma irregular por traficantes. Sem interferências da Prefeitura do Rio. A área de lazer passou a atrair tantos frequentadores

que ganhou uma página numa rede social e um funk em sua homenagem, que a chama de “piscina do momento”.

Souza (2001) alerta e fundamenta nossa ideia ao dizer que apesar do tráfico agir como negociante e, de certa forma demonstrar uma solidariedade com os moradores locais, seja por razões políticas ou genuínas, eles também oferecem risco e ameaça a estes mesmos moradores caso exista algum desentendimento às “leis” locais. Demônios ou benfeitores? Nem uma coisa nem a outra: oprimidos que oprimem outros oprimidos (SOUZA, 2005).

A forma que o Estado encontrou para resolver o problema foi a destruição da piscina que não era utilizada somente por criminosos (a piscina teve início de sua construção em 2015. Na época houve notificação à Prefeitura que constatou se tratar de uma obra irregular, mas não tomou providências). A área de lazer estava ali construída, caberia então mais o uso da sensibilidade ao da força.

Passado uma semana após a destruição da piscina, moradores se reuniram em campanha para reconstrução da área de lazer. Um fato que se assemelha à própria construção de saneamento básico em muitas comunidades, como no caso da favela da Maré citado anteriormente, onde os próprios moradores construíram esgotos. São os direitos fundamentais, como lazer e saneamento, negados ou ignorados pelo Estado.

Em outro ponto da Cidade, a piscina olímpica de Honório Gurgel, inaugurada em 2012 para formar talentos para os jogos olímpicos de 2016 virou notícia nos jornais, não por destaque na formação de atletas, como esperado. O que veio estampar o jornal Extra de 20 de outubro de 2014 foi uma imagem de pessoas segurando armas. A coreografia bélica em uma piscina que era para formação de atletas e atendimento à comunidade traz a dura interpretação de abandono do poder público.

Em nota emitida pelo jornal a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer diz: “no momento da invasão, a vila se encontrava fechada e sem ninguém”. A secretaria também alega que “as atividades foram normalizadas, e já houve reforço na segurança do local”.

A triste sensação que temos é que este movimento de políticas para solução ou mitigação da violência mais a incompreensão do Estado com seus representantes (policiais) e a velha forma de tratamento para a violência no Rio só serviu de exercício para o crescimento muscular da criminalidade.

Figura 12 - **Traficantes ostentam fuzis dentro da piscina olímpica de Honório Gurgel**



Fonte: Jornal Extra.

A coreografia com armas em uma piscina olímpica destinada a treinamentos para descoberta de futuros talentos em 2014, vésperas para as olimpíadas de 2016 e ano da Copa do mundo, dois eventos mundiais de grande importância e impulsionadores do projeto UPP, vem mostrar como o cinturão de segurança composto pelas UPP's ficou frouxo para determinados pontos da Cidade ou do Estado.

Se o descaso do Estado com a segurança e assistência às comunidades atendidas pelo projeto UPP atrelado ao sucateamento das mesmas levou, mais uma vez, ao abandono, os morros cariocas não ficaram muito tempo sem tutor.

As consequências desse abandono logo foram sentidas pela população, principalmente as mais carentes que, agora sem a presença de fato da polícia com o declínio das UPP's teve presente, mais uma vez, o poder paralelo em sua porta e ou a presença de conflitos entre o crime organizado e a polícia, está, ainda em alguns lugares com a marca da UPP. A saída da polícia levou novamente a um domínio de território, esse mais uma vez mostrou sua capacidade de se remodelar através da ação do meio. Quadrilhas rivais voltaram a se enfrentar em busca de domínio e configuração do espaço.

Mas não foram somente os moradores de comunidades carentes que sentiram essa mudança. Bairros vizinhos, vias urbanas e, claro, os moradores mais afortunados de bairros da zona sul voltaram a conviver ao som de rajadas e imagens traçantes cortando o céu.

## **2.9 OS CINCO PILARES DE AREIA**

Segundo estudos realizados pelo LAV UERJ cinco fatores sustentam a instabilidade no projeto UPP que contribuíram de forma significativa para sua deterioração. Vejamos cada um deles:

1. Os esforços de transformação do aparato policial são insuficientes

“A atuação da polícia pacificadora, pautada pelo diálogo e pelo respeito à cultura e às características de cada comunidade, aumenta a interlocução e favorece o surgimento de lideranças comunitárias.”

Todavia, não é isso que acontece. Como relatam moradores no livro “Os Donos do Morro”, a extrapolação dos direitos do cidadão, fez da UPP um canal para abusos por parte de maus policiais em muitas comunidades.

2. As UPP’s não possuem sustentabilidade de escala

É absolutamente impossível, garantem todos os especialistas em segurança pública consultados, que sejam instaladas UPP’s em todas as favelas cariocas. Ao contrário do que sugere, muitas vezes, o discurso do Estado. Segundo dados do Nupevi (Núcleo de Pesquisa das Violências), citados pelo pesquisador Marcos Barreira no livro “Até o último homem”, as UPP’s estão presentes em menos de 3% das mais de mil favelas do Rio, enquanto as milícias dominam 41,5% e o tráfico, 56%.

3. Os grandes eventos e a especulação imobiliária definem o mapa das UPP’s

“A UPP não é um projeto de segurança pública”, afirma insistentemente o deputado Marcelo Freixo. “É um projeto de cidade” E dessa forma percebemos mais uma vez como o projeto é segregador.

Vê-se claramente como a zona Sul e a região portuária são privilegiadas, em detrimento da zona Oeste e da Baixada Fluminense. Duas das três UPP’s que estavam fora do planejamento inicial, Batan e Cidade de Deus, saltam aos olhos pelo seu isolamento geográfico em relação às demais. “A UPP forma corredores de segurança e áreas militarizadas protegidas nas regiões de grande investimento, onde há maior interesse de retorno desse projeto de cidade”, explica o deputado. As regiões da Barra da Tijuca, de Jacarepaguá e a Zona Portuária – todas elas meninas-dos-olhos da especulação imobiliária.

4. Os investimentos sociais são pouco significativos

Não podemos dizer que a UPP seja um programa que tenha um componente de investimentos públicos. “Isso, via de regra, não é verdade”, afirma Ignácio Cano. Atualmente, segundo o pesquisador, a única atividade concreta das UPP’s Sociais se

resume ao mero registro das necessidades e demandas dos moradores. “O programa da UPP, hoje em dia, ainda é um programa policial. O outro é um componente retórico”, resume. “Esse braço do Estado, a favela sempre conheceu, que é a polícia”, lembra André Constantine, do Favela Não se Cala. Para Luiz Eduardo Soares, a ausência de ações sociais efetivas também contribui para a degradação da relação entre polícia e comunidade. “Com a presença única e exclusiva desse braço do Estado, que é o braço policial, as implicações são as conhecidas.

#### 5. O projeto é ineficaz para combater as milícias

Quando a CPI das Milícias concluiu seu trabalho, em novembro de 2008, as áreas dominadas por milícias, segundo o relatório final da Comissão<sup>10</sup>, chegavam a 171. Em dezembro daquele mesmo ano, seria instalada a primeira UPP, no morro de Santa Marta. Cinco anos depois, já se fala em mais de três centenas de regiões, em todo o Estado do Rio, sob o comando de milicianos. Assim como o tráfico, a milícia promove o controle armado de territórios da cidade. Diferencia-se dele, contudo, por ampliar seu domínio para vários outros setores da economia local, por ser composta essencialmente por policiais, por eleger políticos e influenciar fortemente as eleições. “O tráfico se impõe sobre uma comunidade apenas para fazer um negócio específico, que é aquele da droga. Já a milícia se impõe para dominar completamente todas as dinâmicas econômicas”, explica Luiz Eduardo Soares. Independente do poder paralelo estabelecido em uma comunidade, o uso da força para manter o controle é um fator, o seu principal pilar. Enquanto os primeiros não cobram taxas de seus moradores, mas impõe regras duras passíveis de castigos severos e até a morte caso alguém contrarie. O segundo, além da cobrança por serviços, domina também através da força. Ambos transmitem o medo e insegurança.

---

<sup>10</sup> Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do estado do Rio de Janeiro.



### CAPÍTULO 3. UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA COMO EXPERIÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA NO RIO DE JANEIRO: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

Apesar de estar localizado próximo a um dos palcos mais importantes do carnaval no Brasil, o Sambódromo, os moradores do morro da Mineira não vivenciavam todo o esplendor de investimentos que a passarela do samba trazia em épocas de carnaval; pelo contrário, as ruas do Catumbi eram interditadas para o desfile das escolas de samba e acesso dos turistas ou daqueles que se propunham a pagar pelo ingresso. Aos moradores, o que restava era apreciar de longe; ou do viaduto ou do ponto alto do morro na localidade do Chuveirinho onde ainda era possível ver as luzes dos refletores e uma pequena passagem da parte final do desfile.

Figura 13 - Mapa da Marquês de Sapucaí



Fonte G1

### 3.1. UMA HISTÓRIA DE LUTA POR SOBREVIVÊNCIA

A comunidade do Morro da Mineira tem sua formação no início do século XX, quando, não diferente de outras comunidades situadas na região central e zona sul da cidade, seus moradores buscavam habitações próximas ao centro e à Zona Sul mirando o melhor acesso ao mercado de trabalho.

O nome “Mineira” veio em homenagem a uma antiga moradora que se mudou para o morro na década de 1950, em busca de melhores condições de vida. Seu nome era Maria da Silva Dias César, oriunda de Minas Gerais. Ela exerceu na comunidade uma função de parteira, ajudando diversas famílias que não tinham acesso aos serviços de saúde.

Esta é a comunidade do Morro da Mineira, com sua história de luta pela vida, que viu seu povo nascer e sobreviver, muitas vezes distante das políticas públicas, pelas mãos de sua própria gente.

Do ponto de vista econômico, sua localização é bastante privilegiada. Situa-se em área mais valorizada da cidade, próximo à Zona Sul e Zona Norte, regiões que oferecem grande quantidade de mão de obra, como comércio, construção civil e serviços domésticos <sup>11</sup>.

A comunidade que na história de seu nome homenageou uma mulher que lutou e ajudou moradores que estavam distantes do olhar do Estado, tinha como vizinho, aos seus pés, um aparelho punitivo do Estado que, aliás, se configurou como a própria referência de poder do Estado - ou função do Estado - àqueles que viessem a desobedecer às suas regras. A Casa de Correção da Corte foi erguida em 1850, sagrando-se como a maior prisão do Brasil. Ali ficaram reclusos presos políticos, intelectuais, assaltantes e homicidas <sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Por estar situada na área central a Mineira também é favorecida pela proximidade com a Central do Brasil onde se encontra uma grande variação de ônibus intermunicipais, além da Estação de Trem e da estação das Barcas para os bairros de Paquetá e a cidade de Niterói.

<sup>12</sup> A Casa de Correção da Corte foi criada pelo decreto n. 678, de 6 de julho de 1850, e destinava-se a dar execução à pena de prisão com trabalho dentro do respectivo recinto. Pelo regulamento de 23 de abril de 1900 (decreto n. 3647), a Casa de Correção, além de ser o local para a execução da pena de prisão com trabalho, seria destinada à execução de pena de prisão celular. O decreto n. 16664, de 5 de novembro de 1924, designou que as galerias superiores da Casa de Correção virassem lugar de detenção privativa e provisória de pessoas acusadas de crimes políticos e que tivessem de sofrer repressão, enquanto permanecesse a situação anormal que determinou a decretação do estado de sítio. A partir de 1941, pelo decreto-lei n. 3971, de 24 de dezembro, a Correção passou a denominar-se Penitenciária Central do Distrito Federal e depois, pela lei n. 3212, de 19 de julho de 1957, Penitenciária Professor Lemos Brito, devendo recolher sentenciados de ambos os sexos para cumprimento das penas de detenção e reclusão, as mulheres condenadas a pena de prisão simples, os presos preventiva e provisoriamente condenados a penas de privação da liberdade, de ambos os sexos, quando acometidos de tuberculose, segundo o decreto n. 35076, de 18 de fevereiro de 1954. Com a lei n. 3752, de 14 de abril de 1960, os serviços públicos de natureza

A prisão é menos recente do que se diz quando se faz datar seu nascimento de seus novos códigos. A forma-prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constitui fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram, por todo o corpo social, os processos para repetir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis (...). (FOUCAULT, 1975, p.223).

A prisão vai além do encarceramento do corpo, ela funciona como um espaço limitado, insalubre e degenerador do comportamento humano para uma suposta ressocialização. Perfaz um ambiente hostil que alimenta as ideias violentas de um corpo suprimido. Se a ideia é ressocializar, reintegrar fazia-se necessário um aprendizado e um educador. Corpos amontoados, no calor ou no frio, em condições adversas a higiene, aumentam a carga de indignação e esta pode levar indivíduos a rebelarem-se.

Os sinais para reconhecer os mais idôneos para esse ofício são a atitude viva e alerta, a cabeça direita, o estômago levantado, os ombros largos, os braços longos, os dedos fortes, o ventre pequeno, as coxas grossas, as pernas finas e os pés secos, pois o homem desse jeito não poderia deixar de ser ágil e forte: [tornado lanceiro o soldado] deverá ao marchar tomar a cadência do passo para ter o máximo de graça e gravidade que for possível, pois a lança é uma arma honrada merece ser levada por um porte grave e audaz (FOUCAULT, 1975, p.133).

Indiretamente, apesar da localização, próxima ao mercado de trabalho, as duas referências, prisão e morte, acabaram se tornando referências para a comunidade, como localização e como medo e receio. A polícia, nesse contexto, pode ser interpretada como intermediária das duas referências. O temor de uma bala perdida, ou de que um filho se enveredar pelo caminho da criminalidade sempre esteve no pesadelo de mães e pais. Nesse sentido, o cemitério e a prisão também eram vistos como um sinal evidente de aviso daqueles pais aos seus filhos. Soares (2016) nos atenta para o comércio clandestino de drogas e as facilidades que este negócio oferece aos jovens da periferia.

O mesmo vale para o varejo das drogas, nas periferias: juventude ociosa e sem esperança é presa fácil para os agenciadores do

---

local prestados ou mantidos pela União, entre eles a Penitenciária Lemos Brito, foram transferidos ao então Estado da Guanabara.

comércio clandestino de drogas. Não é difícil recrutar um verdadeiro exército de jovens quando se oferecem vantagens econômicas muito superiores às alternativas proporcionadas pelo mercado de trabalho e benefícios simbólicos que valorizam a autoestima, atribuindo poder aos excluídos (SOARES, 2016).

O medo da criminalidade, para o morador da comunidade, acaba indo além do medo para pessoas que não residem em territórios dominados por grupos criminosos. Se para o “morador do asfalto” – aquele de fora da comunidade - o medo da violência se explica através de assaltos, violência física, homicídios, tiroteios, para o morador de favela acrescenta-se um “plus”, a cereja podre: o aliciamento, por parte de traficantes, a ostentação de poder, exibição de armas, muitas vezes, em frente à porta de suas casas.

A promessa de “vida fácil” para esses jovens, muitas vezes, supera o medo da morte e da prisão, pois, para alguns jovens, o cenário de duas casas, a vida que seus pais levam, desprovida de conforto, e com salário enxuto acaba sendo um medo maior.

É o desacreditar na política, nos governos. Acham que a ineficiência na política se dá por conta do mal incurável, da corrupção. Estes jovens muitas das vezes decidem por viver o presente, por não acreditar no futuro. Acreditam que as oportunidades de emprego, de estudo, de poderem se desenvolver é restrita aos selecionados pelo próprio sistema, um sistema favorece àqueles filhos da burguesia. Prematuramente abandonam os estudos, sem completar sequer o ensino fundamental.

Weber (1968) nos chamou atenção para o sistema plutocrático alemão:

Para um jovem cientista sem fortuna pessoal, é, com efeito, extremamente arriscado enfrentar os azares da carreira universitária. Deve ele ter condições para subsistir com seus próprios recursos, ao menos por certos números de anos, sem ter, de maneira alguma, a certeza de quem um dia lhe será aberta a possibilidade de ocupar uma posição que lhe dará meios de viver decentemente. (WEBER, 1968, p.22).

Todavia não devemos resumir os anseios do morador, suas expectativas ao medo a um conjunto de fatores que incluem a falta de saneamento básico, desemprego, informatização de mão de obra, educação precária e é claro a violência. Esses fatores são impulsionados pela falta de políticas públicas. Isso leva a um descrédito na política. Esta é confundida ou interpretada como espécie trampolim impulsionador pessoal daquele que se envereda pela política.

### 3.2. NA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS O QUE SOBRA É A POLÍCIA

Territórios esquecidos pelo poder público e apenas aquecidos com promessas a cada dois anos em função das eleições, o que leva esses territórios a serem enxergados como verdadeiros currais eleitorais, tornarem-se armadilhas para o desenvolvimento de políticas públicas. O esquecimento desses locais após as eleições, por parte dos homens que sobrevivem da política, fazendo-a como fonte de renda, fortalece o sentimento de descrédito na política. Resta para a população local a exposição à violência, que é – ela própria -- utilizada pelo Estado como aspecto a justificar a ausência de serviços públicos.

Quando existe esse tipo de coação, então, torna-se uma violência legitimada pelas próprias leis locais, ou seja, pelas leis de um território esquecido pelo poder público. Weber (1968) destacou que o Estado se legitima através da força, dentre outras formas, legitimação que se dá exclusivamente pelo poder do homem sobre o homem.

É nesta configuração, apresentada por Weber (1999) que o domínio de território, através do crime organizado, se estabelece no morro da Mineira: primeiro sob o abandono do Estado; em seguida sob o domínio de facções criminosas. Um Estado paralelo é formado dentro do próprio Estado, com leis e determinações próprias, sob o uso unicamente da força e da violência.

A Associação de moradores, dentro da legalidade, tenta resolver questões importantes a comunidade, como abastecimento e distribuição de água, diálogo com representantes da prefeitura. Tenta sanar ou mitigar questões que implicam no saneamento básico, lazer, cidadania e saúde pública. Essa associação não deve ser interpretada como um poder paralelo, mas sim como uma fonte de ligação entre a comunidade e o poder estatal. O poder paralelo, no geral, caminha na contramão da legalidade.

A tentativa chilena, onde pela primeira vez buscou-se a aliança de duas palavras: a Revolução na legalidade. Pudemos ver efetivamente que um certo número de avanços eram possíveis no quadro institucional; contudo dois limites: as resistências internas à instituição por parte da alta magistratura chilena que, em nome da independência da justiça, tudo fez para impedir não apenas a criação de uma nova legalidade, mas também as aplicações novas da legalidade já existente. O segundo limite, que é na verdade uma superação é o nascimento de instituições paralelas, como os tribunais de vizinhos, constituídos espontaneamente pelos desabitados das favelas para regulamentar seus conflitos. (POULANTZAS, 1977, p. 271).

### 3.3. A POLÍCIA SEM SIRENE É A MESMA COM FUZIL

Apesar dos casos noticiados de violência em outras comunidades atendidas pelo projeto UPP, a comunidade da Mineira, no complexo de São Carlos, esperou com alegria a chegada do projeto UPP em sua comunidade. A violência para eles não era uma novidade, infelizmente, mas a diminuição dos tiroteios, ou de grupos armados e a inclusão da comunidade em projetos e programas seria um ganho considerável. Afinal de contas as mudanças ali ocorreram através dos confrontos entre facções, foram mudanças de poderio, de comando do domínio do tráfico de drogas.

Um confronto que marcou a memória de moradores e mexeu com a rotina da cidade ficou conhecido como a Guerra da Mineira <sup>13</sup>. Segundo relatos de moradores foi um dos maiores confrontos entre quadrilhas rivais no Morro da Mineira. Em 2007, o complexo já era praticamente todo dominado pela facção Amigo dos Amigos – ADA. As comunidades, Querosene, Zinco e parte da Mineira já estavam sob o domínio desta facção e parte do morro da Mineira já era considerada uma espécie de Faixa de Gaza. Regiões como o Chuveirinho, Ilha do Rato (ambos na Mineira) eram consideradas pontos de confronto.

Porém em 2007, aquela madrugada de abril, homens do CV tentaram uma invasão ao Morro da Mineira visando retomar o território perdido em janeiro daquele ano para o ADA. A Mineira, que já foi considerada pela facção CV como seu quartel general, tornou-se uma questão de honra. Porém a invasão restou frustrada. Para os moradores do bairro e adjacências foi o pânico e o terror.

Vias de acesso à Zona Sul foram interditadas, homens corriam armados à luz do dia sobre viadutos, ruas e até mesmo no interior do cemitério da região, que teve de cancelar os enterros devido ao forte risco de ocorrências de balas perdidas.

A sensação dos moradores sempre foi de medo e desconfiança, pois para eles, uma possível tentativa de retomada de território, guerras e possíveis mortes eram sempre iminentes. O direito de ir e vir, de poder visitar amigos ou familiares em comunidades dominadas pela facção rival, tornou-se cada vez mais limitado. Algumas famílias foram separadas, algumas pessoas foram obrigadas a se mudar da Mineira e seus parentes não podiam visitá-los, pois isso poderia trazer descontentamento e retaliações do tráfico.

---

<sup>13</sup> “Guerra da Mineira” Nome dado pela mídia em relação ao confronto.

A guerra da Mineira começou por volta das 5h. Traficantes do Complexo do Alemão, Fallet, Formiga e Jacaré tentaram invadir o morro, mas foram rechaçados. Houve intenso tiroteio, assustando moradores que saíam para trabalhar. O morro foi cercado por policiais militares. Por medida de segurança, a Rua Itapirú foi fechada. A decisão provocou grande congestionamento na região.

Em matéria do Jornal Gazeta do Povo de 17 de abril de 2007 foi noticiado que traficantes se esconderam no cemitério do Catumbi e que um deles se escondeu dentro da capela onde ocorria um velório. Isso provocou pânico entre funcionários do cemitério e pessoas que estavam no velório. Houve prisões dentro do cemitério. Pessoas foram atingidas por balas perdidas naquela manhã, dentro de ônibus e no ponto, enquanto aguardavam condução.

É errôneo e até inocente afirmar que o domínio de uma única facção em um complexo de comunidades ou até mesmo em um bairro pode gerar uma paz. Engana-se, pois o tráfico de drogas alimenta-se de outras modalidades de crime, como por exemplo, o roubo de cargas, ou carros para os chamados “bondes”<sup>14</sup>. O conflito entre traficantes pelo controle pode até diminuir, mas as ações da polícia ou assaltos e crimes nas redondezas continuam provocando violência.

Em São Gonçalo, Cidade do Estado do RJ, a falsa sensação de segurança ou do livre direito de ir e vir está hoje em medida do poder paralelo, moradores de alguns bairros relatam que os tiroteios só ocorrem quando há incursão da polícia. São Gonçalo hoje é praticamente dominado por uma única facção, o CV. Porém essa falsa sensação de segurança, esse domínio único de uma facção, não impedem os assaltos, os assassinatos e o medo.

P., moradora de São Gonçalo, afirmou que não existe segurança, e que São Gonçalo está entregue à criminalidade e que afirmar que existe paz em São Gonçalo é um engano. Confirmou que não há confrontos entre facções, porém esta nunca foi a única modalidade de violência da Cidade: “Sim...moro perto. Essas coisas todas acontecem. Essa paz toda não é 100 por cento verdade.”

A falsa sensação de segurança vem apoiada em um terreno nada seguro. Quando uma facção domina vários territórios dentro de um bairro e seus adjacentes, a

---

<sup>14</sup> Nome dado aos comboios de traficantes quando se deslocam de uma comunidade para outra pelas ruas da cidade em carros roubados.

possibilidade de confrontos diminui. Não é que eles não ocorram mais, mas sua ocorrência se dá basicamente pela incursão da polícia.

Poulantzas (1977) nos sinalizou que uma ideologia de violência emerge ao mesmo tempo substituta das antigas violências ideológicas. Assim é no controle de facções e milícias. O que muda é a sigla, o nome, mas a violência nunca é substituída pela paz. E, no caso do projeto UPP, não era o previsto pelos moradores.

A distância é um fator de extrema importância na logística de uma invasão, pois o grupo criminoso que pretende invadir uma comunidade certamente precisará de recursos humanos e bélicos vindos de outras facções aliadas, em comunidades por vezes bem distantes de onde ocorrerá a invasão. Para isso será necessário um ponto estratégico de apoio para organização da quadrilha e possível retorno, uma comunidade próxima e já dominada pela facção. E a Mineira, apesar de estar situada no complexo de São Carlos, agora dominado por uma única facção, estava em uma região multifaccional.

Para ilustramos esta afirmativa vamos recorrer a um fato recente ocorrido no Complexo de São Carlos, em uma tentativa de retomada de território, no ano de 2020, onde traficantes de vários pontos da cidade se reuniram para o confronto provocando pânico e terror em vários pontos da cidade.

As investigações divulgadas em sites e jornais da época apontam que traficantes saíram de favelas comandadas pela mesma facção, como Rocinha, Pavão-Pavãozinho, Complexo do Alemão, Complexo da Penha, Providência e Turano. Cerca de 80 bandidos se reuniram no Morro dos Prazeres e no Fallet e nesses locais receberam instruções dos chefes da facção.

A execução do plano de invasão começou no dia 26 de agosto, ainda, à tarde quando traficantes fortemente armados tentaram roubar um carro no bairro da Lagoa, na zona sul do Rio, e houve confronto com a polícia. Já às 18 horas os traficantes oriundos de outras regiões, já abrigados no Fallet e Prazeres estavam prontos para a invasão. Trabalhadores, crianças, jovens estavam nas ruas, o confronto pelas ruas da região levou a morte de Ana Cristina da Silva, a primeira vítima fatal dessa guerra urbana. O fracasso da invasão não significou o fim do conflito, ao serem expulsos pela facção, os criminosos do grupo invasor entraram em confronto com a polícia, invadindo prédios e fazendo reféns nas redondezas.



Figura 14 - O Plano de invasão e seus desdobramentos



Fonte G1

Figura 15 - Guerra da Mineira



Fonte G1.

A guerra pela disputa de territórios não é um problema particular do morro, da favela, ele se estende por toda a Cidade, podendo afetar o comércio, a economia, colocando todos em perigo. O confronto armado pode provocar vítimas de ambos os lados

envolvidos, seja a polícia seja o tráfico. A morte de um policial pode levar a problemas maiores, podem causar um sentimento de vingança, as operações podem assumir uma característica de ordem pessoal, ou seja, de vingança. Para o morador da favela, do morro, o risco é mais latente, pois lá o revanchismo por parte de representantes do Estado pode levar a ações truculentas.

A expectativa pelo projeto UPP estaria amparada na esperança de um novo perfil de comunidade, um novo perfil que não quisesse dizer uma alteração da rotina no que diz respeito a sua cultura local, tendo seus direitos violados. A esperança residia numa mudança de perfil trazendo ao morro ou à favela os mesmos direitos da gente “do asfalto”. Um perfil observado pelos policiais e por toda a sociedade em geral, desprovido de qualquer preconceito. Afinal, se o Estado escolheu optar por um projeto chamado pacificador, integrador, se escolheu a Mineira, o Complexo de São Carlos, esperava-se por mudanças proveitosas e definitivas.

“Não é absolutamente certo que o que foi escolhido saiu no fim tão compensador como poderia parecer. O Estado moderno construindo-se de destruições transformou-se em gigante com pés de argila” (POULANTZAS, 1977, p. 279).

As expectativas desse povo são formadas por esperança, mas também por medo; medo por que já conhecem de como funciona a rotina de uma operação policial em uma comunidade; expectativa, pois o projeto pretendia retomar o território e as experiências vivenciadas por outras comunidades não tinham como protagonismo as cenas de violência ou tiroteios. A esperança por dias melhores parecia maior que o medo.

Poulantzas (1977) nos afirmou que o preço das liberdades é a permissividade, o preço da confiscação é o enfraquecimento dos apoios, e que o medo precisa ser respondido.

A resposta ao medo está na submissão ao poder, ao Estado. Para os marginalizados e empobrecidos a luta por sobrevivência é diária e uma política pública nova que se apresenta de forma a solucionar problemas tão vivenciados diariamente por essa gente faz com que ela, mais uma vez, se curve diante do poder do Estado. Na verdade, não há direito de escolha, pois aqueles que se opõem são punidos.

Seria irreal, porém, afirmar que a sociedade regulada seja regulada exclusivamente pela criação de lealdade de seu corpo social. A existência permanente do estado com seu potencial para o uso de força contra transgressores ou contestadores restringe o indivíduo (dados certos limites) a manter sua lealdade ao todo da sociedade regulada. O potencial para submissão - já que o

indivíduo atribuiu ao Estado que sua imposição de submissão sobre ele (indivíduo) é legítima (...) (NETO, 1988. p.24).

A receptividade positiva, não é somente pelos exemplos de ocupações pacíficas, sem tiroteios ou uso da violência, mas também pelo fato de esperar que aquela comunidade estaria sob os olhos alheios dentro das linhas da legalidade, e não à margem. O Estado, apesar de truculento quando exerce sua força sobre o povo, quando pune através de prisões ou até mesmo quando se omite em políticas públicas, é ainda assim considerado como legítimo, como legal.

Já o poder quando é paralelo, quando está à margem do legal, faz o legal ser marginalizado; é exercido pela força, pela coação e qualquer desobediência pode ter consequências graves. Este poder não perde a sua legitimidade, pois está sob o exercício do medo.

O desejo por uma sociedade legitimada pelo Estado tem como base a ideologia da sociedade civil e o uso da força pelo Estado. Estas duas acabam se encontrando e dialogando, provocando a submissão ao uso da força pelo Estado. Por fim temos a sociedade regulada.

O indivíduo acredita que um poder reconhecido pela sociedade, mesmo que exercido através da força, torna-se legítimo e o retira da condição de marginalidade. É claro que nesse entendimento podemos observar a possibilidade de retorno ou troca, pois enquanto existe a submissão ao Estado existe também a exigência de que aquele estado exerça seu poder para trazer benefícios àquela sociedade. É isto que a comunidade espera de uma política pública. Porém, que esta seja uma política de integração permanente, não de intervenção permanente.

Para a comunidade a entrada materializada e humana de corpos fardados e armados não é estranha, mas continua sendo assustadora. A ideia desses corpos inseridos em sua rotina é diferente, corpos estranhos às rotinas diárias da comunidade que passam a interagir em seu cotidiano social, que vão vivenciar suas culturas, cultos, suas formas e horários de lazer, muitas vezes destoante do asfalto.

O que se espera são políticas públicas, serviços, inserção, segurança, mas também respeito.

### 3.4. ALÔ POVÃO, AGORA É SÉRIO, CHEGOU A HORA!

O grito tão conhecido pelos admiradores do samba, do carnaval e entoado tão próximo àquela comunidade, a cada ano para anunciar a entrada de uma escola de samba na Marquês de Sapucaí, no Catumbi, podia também ser utilizado pelo Estado para abrir as alas para o desenvolvimento a integração e o respeito para o morro.

Figura 16 - Base UPP na Mineira



Fonte: Jornal O Dia

Ter respeito à comunidade é além de tudo não enxergar a todos como suspeitos, mas como cidadãos e cidadãs. As ruas e becos não devem se tornar ambientes propícios para abordagens, pois não é assim no asfalto, e o morador sabe disso, sabe dessa diferenciação. E é isso que ele espera que o policial entenda: que favela e asfalto fazem parte da mesma cidade e que as leis devem ser seguidas em um mesmo ritmo.

Casos de violência e de arbitrariedade ocorridos em outras UPP's como o caso Amarildo na Rocinha acenderam um alerta aos olhos dos moradores, mas também fizeram com que movimentos sociais e organizações de associações de moradores se movimentassem e se articulassem com grupos de direitos humanos em prol de transparência e reivindicação por direitos e por proteção.

A história de vida das UPP's, como mostrado, remete a 2008 e 2009, tendo o morro Dona Marta como a primeira comunidade atendida. Não foram somente rosas, mas também espinhos, casos de violência, abusos foram denunciados por moradores, o que

levou até mesmo a criação de cartilha a ensinar como o morador deveria se portar diante uma abordagem<sup>15</sup>.

O complexo do São Carlos, que abriga as comunidades da Mineira, Zinco, Querosene, recebeu a sua UPP no dia 17 de maio de 2011, em inauguração que contou com a presença do então governador da época, Sérgio Cabral, e do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. A UPP que atenderia uma população local de 17.000 moradores. Quando somadas as comunidades do complexo. Era a pioneira na utilização de armas não letais, o que indicava uma esperança de pacificação e desarmamento das quadrilhas locais. O Capitão que comandou a UPP à época afirmou que era essencial o apoio da comunidade e que a chegada da pacificação iria abrir as portas para serviços públicos e privados. Morador da comunidade há 19 anos o porteiro José Cláudio Nunes enxergou com bons olhos essa experiência:

Agora vamos ver o outro lado da moeda. Já sabemos como era viver sob o domínio dos traficantes, vamos ver como vai ser com a polícia. Pelo menos até agora está mais tranquilo, sem o medo de ser atingido por uma bala perdida durante a guerra de facções rivais.

Como nas outras UPP's, na Mineira não foi diferente. Alguns casos de violência contra moradores foram denunciados, o que começou a causar certa insatisfação e desconfiança. O que reforça a teoria de Poulantzas (1977) sobre a emergência de novas formas de violência no lugar de outras. Só que agora, estava fincado em solo mineirense, 24 horas.

Em 2013, um homem foi agredido com uma cotovelada durante uma abordagem. A ação foi filmada e divulgada nas redes sociais.

Outra situação preocupante que levou a Mineira às páginas policiais foi o caso do “bonde dos carecas”: Policiais com a cabeça raspada foram acusados de participar de um bando que impunha o terror e o toque de recolher na comunidade. Em denúncia anônima ao jornal um morador afirma que eles, os carecas, dão tiros para o alto, impõem toque de recolher. Dizendo que agora, eles mandam no pedaço e quem discordar vai para o buraco.

A colonização estatal levou a que a produção da norma é sua concretização fossem confiscadas, de modo que esta norma não é de modo algum vivida como produto de compromisso do qual mais ou menos se tenha participado, mas como imposta e com

---

<sup>15</sup> A cartilha funcionava como um manual de direitos para o favelado. Mas também refletia a insegurança do morador diante dos policiais que agora estavam em seu território, e se a proposta era uma integração entre o morro e o asfalto, então que a abordagem ou revistas em domicílios seguissem o mesmo rito do asfalto.

relação à qual só pode existir resignação e revolta. Com efeito, a vontade de gestão direta e precisa por parte do Estado dos mais íntimos interesses pelo abandono de um tipo de norma aproximativa e contraditória como era a legalidade levou a uma espécie de nudez do indivíduo diante do Estado ao qual ela pode, cada vez menos, opor outra solidariedade (POULANTZAS, 1977, pg. 269).

No caso, o indivíduo, o morador, perdeu a esperança daquilo que foi um dia esperado. Voltou a lutar pela sobrevivência, sobrevivendo sob a expectativa e o medo da violência. A luta, primeiro, é por viver.

A nova política de segurança pública foi imposta, os ideais do projeto logo pareceram abandonados pelos seus principais executores, pelos agentes de segurança pública, aqueles que lidavam diretamente com os moradores. Isso se deu por desconfiança, por medo, talvez pela natureza de treinamentos nos cursos de formação, por métodos adotados nas academias militares que alimentam o preconceito diante da favela. Esta ainda continuou vista aos olhos do policial como um terreno inóspito, seus moradores como agressores que precisam ser dominados, colonizados.

### **3.5. A ROSEIRA NÃO É FEITA SÓ DE ESPINHOS**

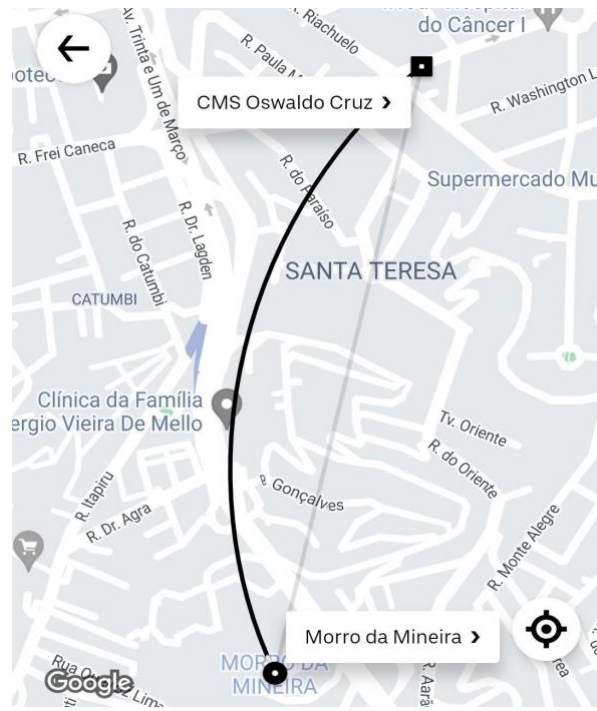
Para o morador, nosso objeto de estudo mais importante, houve conquistas relevantes. Apesar do sucateamento que os serviços públicos sofreram principalmente no que diz respeito à saúde, o Morro da Mineira e o bairro do Catumbi ganharam duas clínicas da família:

A UPP inaugurada em 2011 foi à décima sétima unidade do gênero no estado. Contou com um efetivo de 250 policiais. Ficou responsável pelo Zinco, Querosene, Mineira e São Carlos. Sua base central encontrava-se no bairro do Estácio. A Mineira contou com seu destacamento fixo na localidade do Chuveirinho.

O projeto UPP em seus anos iniciais trouxe benefícios à comunidade. Os moradores dali sempre tiveram um acesso muito precário a serviços públicos, principalmente de saúde. Os estabelecimentos mais próximos eram na Praça Cruz Vermelha e na Praça 11, já, próximo a Avenida Presidente Vargas, no bairro Cidade Nova. No primeiro mapa podemos observar a distância que os moradores enfrentavam para conseguir um atendimento clínico, que não existia no bairro tendo que se deslocar para outros pontos da região central. No mapa a seguir a distância entre o Morro da

Mineira e o posto situado na Praça Cruz Vermelha no bairro do Centro, região Central do Rio.

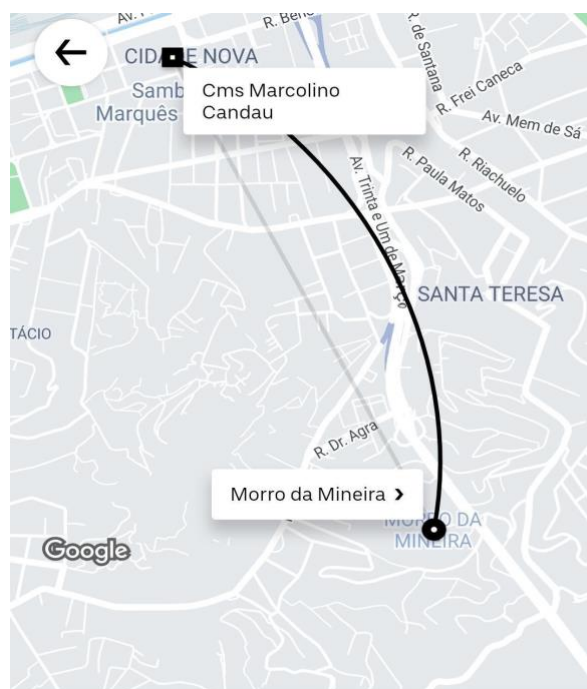
Figura 17 - **Distância entre o Morro da Mineira e o Centro Municipal de Saúde na Cruz Vermelha**



Fonte: Google maps.

O segundo mapa nos apresenta a distância entre o morro e o posto de saúde situado na Praça XI, também na região Central.

**Figura 18 - Distância entre o Morro da Mineira e o Centro Municipal de Saúde na Cidade Nova**



Fonte: Google maps.

As distâncias, muitas das vezes, eram percorridas a pé, tendo que encarar a madrugada para conseguir atendimento.

No dia 20 de outubro de 2011 inaugurou-se a Clínica da Família, batizada com o nome de Sérgio Vieira de Mello, que veio dar atendimento a aproximadamente 24.000 moradores do Morro da Coroa e seu entorno, o que inclui aos moradores do Morro da Mineira, uma região pacificada pelas forças de segurança do estado e que conta com a intervenção da prefeitura, através do projeto UPP Social. A Clínica também foi equipada com uma Academia Carioca da Saúde.

Foi um primeiro grande passo para o atendimento à comunidade e uma demonstração de que poderia haver mudança e uma integração entre as políticas públicas e a comunidade.

A segunda Clínica da Família foi inaugurada em 30 de setembro de 2016, no local onde existia o antigo presídio Frei Caneca, onde hoje é um condomínio do Programa Minha Casa Minha Vida e que conta ainda com a Clínica da Família.

Essa Clínica da Família foi batizada com o nome Medalhista Olímpico Ricardo Lucarelli Souza. Instalada na Rua Frei Caneca (condomínio residencial Zé Ketí), um dos



acessos da Comunidade da Mineira, contou com cinco equipes de saúde da família e três de saúde bucal, a beneficiar 24 mil pessoas.

Trouxe os programas *Academia Carioca*<sup>16</sup>, *Cegonha Carioca*, mais as duas *Clínicas da Família*, programas de governo do município do Rio desenvolvidos através do Instituto Pereira Passos e UPP social. Então, logo as UPP's foram criadas naquele bairro, considera-se um canal de vínculo para a veiculação dos programas. Como colocado anteriormente, o bairro do Catumbi sempre foi muito carente em relação às políticas públicas de saúde.

A instalação de uma drogaria dentro do morro foi um grande avanço T, morador da comunidade, há mais de 30 anos, relatou a dificuldade para comprar remédios: “Para comprar uma dipirona, Novalgina era difícil! Quando não tinha no botequim, tinha que descer o morrão até o Catumbi, e lá embaixo só tinham duas farmácias. E se estivesse fechada, tinha que atravessar o túnel e ir lá pra Riachuelo! Sufoco!”

Outro grande ganho para a comunidade foi a reforma da Quadra da Mineira, realizada pela Multinacional Shell, em parceria com a prefeitura do Rio, e por intermédio do Instituto Pereira Passos, em colaboração com a Associação de Moradores. Agora, no Morro da Mineira, as pisadas dos atletas na quadra vão se transformar em energia que alimenta os refletores que iluminam o campo à noite. Fruto de uma parceria da Shell com o Instituto Pereira Passos e a Pavegen, o novo gramado sintético da comunidade recebeu placas de captação de energia solar e uma tecnologia capaz de converter o movimento dos jogadores em eletricidade, chamada de energia cinética. A quadra vai poder ser usada por moradores e vai receber projetos como o *Rio em Forma*<sup>17</sup>. Entenda o processo:

Os primeiros passos do projeto foram dados em novembro de 2013, quando a Shell e o IPP começaram a triagem em campos de mais de 40 comunidades. O Morro da Mineira foi selecionado pela forte integração da associação de moradores com a comunidade, “A legitimidade da governança local foi um dos principais fatores de escolha. O campo de futebol e a quadra anexa têm uma importante função nesse local. Ambos têm uma longa história e é o ponto de encontro das pessoas”, explica Tita Tepedino, assessora de Mobilização e Parceria do Rio+Social. Pedro Paulo Ferreira, presidente da associação de moradores, enfatizou a transformação do cenário: “O campo estava em péssimo estado, e a última reforma tinha sido há cinco anos, quando recebemos a doação de um gramado sintético usado. Estamos muito felizes com essa realização, que revigorou a comunidade e também

---

<sup>16</sup> Oferece o passaporte cegonha à gestante para que a mesma saiba o local do parto, podendo realizar visita ao local antecipadamente para a resolução de dúvidas e receber seu enxoval. O programa prevê também o serviço de ambulância que leva a gestante até a maternidade.

<sup>17</sup> O Rio em Forma é um projeto social que tem como objetivo levar saúde, lazer e esporte de forma gratuita em todos os cantos da cidade.

beneficiou o comércio no entorno”, Os moradores também terão papel fundamental no projeto e serão responsáveis pela preservação do espaço revitalizado, que terá manutenção garantida pela Shell durante cinco anos. ‘O resultado ficou muito bom e elevou a autoestima da comunidade. Agora, está tudo do jeito que os moradores da Mineira merecem’, resume Pedro Paulo (NOTÍCIAS SHELL, 2014).

A cultura e a educação, também são preocupações da associação de moradores e dos próprios moradores, tanto que uma parceria entre a associação de moradores, sob a gestão de seu presidente Pedro, o Instituto Oldenburg, a NBS Rio+Rio, através do projeto Vamos Todos Ler, em 2015, houve a criação da sala de leitura Nélida Piñon com mais de 100 exemplares de livros para crianças, jovens e adultos. Um ganho cultural importante para os moradores. A inauguração da biblioteca contou com a presença da escritora e imortal da Academia Brasileira de Letras Nélida Piñon.

A Mineira recebeu projetos sociais, serviços privados, fomento da iniciativa privada, porém o interior da comunidade seguiu sofrendo das mazelas intensificadas pela escassez de serviços de infraestrutura e saneamento básico, valas expostas e má conservação de escadas e becos. A entrada da rua principal do morro, na Rua Van Erven, destacava uma comunidade arrumada e a UPP acabou levando os créditos. Porém, adentrando aos becos e escadarias o contraste era visível e a crítica dos moradores também.

O que vinha a mitigar esse sofrimento e carência de políticas públicas era o esforço da Associação de Moradores para resolver problemas como a falta de água, desentupimento de esgoto e obras de infraestrutura. A luta e o olhar humano dos moradores da comunidade se encontram e provocam harmonia para o desenvolvimento local e pessoal.

Tomemos como exemplo o curso de formação de auxiliares de creche promovido pela professora e educadora Gisele Moreira, que criou o curso de formação profissional para mulheres exercerem a função de auxiliar de creche, aumentando assim, a possibilidade destas mulheres conseguirem uma vaga no mercado de trabalho. O professor de Educação Física André Rodrigues foi outro caso, uma pessoa a dedicar parte da vida na escolinha de atletas da Mineira. Buscou, dessa forma, transformar a vida de meninos e meninas através do esporte. Houve outros exemplos de perseverança e esperança na comunidade.

Alguns policiais até tentaram fazer uma ponte de ligação, talvez por acreditarem no projeto, em uma mudança, ou até mesmo por uma melhor receptividade e tranquilidade

em seu local de trabalho: O Morro. Infelizmente não foi possível uma entrevista com esses agentes, porém através de conversas com moradores podemos recolher algumas experiências: Aulas de balé e Xadrez, ônibus para crianças em participação de eventos e doação de material esportivo como bolas de futebol.

A UPP da Mineira foi retirada em outubro de 2018, juntamente com sua base central no São Carlos. A retirada trouxe um sentimento de descaso ao morador, à comunidade, uma ideia de que a política pública de segurança não se alinhava a outras políticas públicas, mas a práticas pragmáticas, que o preconceito com a comunidade era algo real. O comandante alegou que a saída era por falta de segurança, devido a estrutura não ser blindada e estar isolada. A base foi removida e instalada em um dos acessos do Morro do São Carlos, ou seja: mantemos distância para a nossa segurança.

O guindaste levou a casa, a picape levou a mobília e até a caixa d'água, à comunidade restou sua força e garra o seu amor e afeto pelo lugar para vencer o preconceito, desviar da violência e acreditar sempre em um futuro melhor. Em Novembro daquele mesmo ano as UPP's da Coroa, Fallet, Fogueteiro também foram desativadas.

Figura 19 - Guindaste leva base da UPP no Complexo de São Carlos

## Polícia Militar desativa base de UPP no Complexo de São Carlos

Desde o início da manhã agentes fazem uma operação no local. Um suspeito morreu em confronto

Ana Carolina Torres e Diego Amorim  
28/08/2018 - 09:05 / Atualizado em 17/10/2018 - 07:30



O contêiner onde funcionava a base é escoltado por PMs Foto: Guilherme Pinto / Agência O Globo

Fonte: Agência O Globo - Foto: Guilherme Pinto

Figura 20 - A mudança



Fonte: Jornal Extra.

A saída ou mudança da UPP não foi comemorada, mas sofrida e emblemática, pois o morro depositou, no projeto, muita esperança. Porém, do outro lado o Estado, tinha interesse na negociação da cidade. Estes dois fatores não caminharam juntos e a esperança foi à frente sendo atropelada pelos interesses econômicos que estavam extra favela.

Os relatos de moradores apresentam a indignação, alimentada por uma desassistência histórica. Sob a garantia de anonimato alguns moradores relatam suas expectativas e frustrações sem esconder sua revolta em relação a este modelo de segurança pública que prometia ser inovador.

X, mulher, mãe, revela que imaginou um novo morro, diferente, sem os tiros constantes, acreditava em um morro diferente para seus filhos. Não destacou nenhum caso de violência pessoal contra si, ou contra seus filhos, mas sabia das arbitrariedades praticadas por policiais. Relatou que em determinado horário da noite algumas pessoas tinham receio de ficar na rua de bate papo. E isso assustou! Não percebeu melhora na qualidade de vida das pessoas, entende que os projetos que atenderam a comunidade foram fruto do esforço comunitário. Não presenciou melhorias no interior da comunidade realizadas pelo Estado. “Tudo aqui era feito pelos moradores ou pela associação!”

Y, homem, relatou que no início havia a cooperação de alguns policiais com projetos e até a garotada curtia, porém os casos de violência praticados por outros policiais acabavam provocando mais efeitos nas pessoas. “O medo de sofrer uma violência era

sempre maior...”. Sobre melhorias falou da reforma do campo, mas não delegou a responsabilidade total à UPP. Apontou, também, a localização da Mineira e do seu campo como facilitador para a implantação do projeto.

Z, mulher, afirmou que para ela não mudou nada, ouvia tiros de vez em quando, sabia que ainda existia criminalidade e isso assustava. Destacou que sua vida era sempre de casa para o trabalho e vice-versa... Porém, quando perguntada se acreditou no projeto foi veemente: “Sim! Acreditei! Achei que fosse mudar. No início, o morro ficou até tranquilo... mas depois mudou... E quando eles foram embora, pra falar a verdade, os tiroteios até diminuíram”.

W, homem, disse que a UPP não fez nada! Se houve melhoras, só em relação à expectativa positiva. Até acredita que uma comunidade “pacificada” pode atrair projetos, mas que seria injusto os créditos à UPP. “Quando foram embora ficou o vazio de sempre, mas a nossa força continua presente”. Sobre as clínicas da família foi categórico em afirmar: “Foi um projeto do governo municipal!” Sobre a reforma no campo, afirmou ser um projeto da Shell, porém acredita que o fato da comunidade ser pacificada ajudou.

T, homem, contou que já foi abordado e sofreu violência, sentiu que não tinha mais liberdade em sua própria casa. Com tristeza, relatou que no início acreditou numa mudança positiva, mas depois percebeu que a intenção era controlar e dominar. “Melhorias, serviços públicos: Nenhum!”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O clamor da comunidade Mineira, assim como tantas outras, é por políticas públicas: saneamento, cultura, lazer, geração de renda, emprego, saúde e educação. A chegada da polícia através do Projeto UPP trouxe, sim, esperança. Aos moradores aterrorizados com os confrontos históricos, com as notícias corriqueiras nas páginas policiais, com o estigma de morar em uma área de campo minado por estar situada geograficamente entre comunidades com facções diferentes, dentro do mesmo complexo, e a sua frente separada apenas por uma rua.

A chegada da UPP no complexo de São Carlos, que atenderia também a Mineira era aguardada com expectativa. Havia sim o medo de abusos, porém a ideia de ter um bairro pacificado era uma esperança a superar o medo. Em 17 de novembro de 2011 poderiam estar nascendo de forma tardia para os habitantes da comunidade o direito à vida, à liberdade, o respeito, a paz e a uma visibilidade sem preconceito, tão esperados há décadas.

A UPP, para os moradores da Mineira, em seu primeiro momento, nos primeiros dois anos, trouxe mais esperança do que desconfiança. Era a chance de mudança, uma mudança que não fosse forçada. Diferente daquela mudança feita em caminhão ou Kombi de caçamba esperava-se por mudança em busca de um local menos perigoso. Afinal de contas, tantos moradores e moradoras dali já não deixaram sua terra natal em busca de melhores condições de vida?

A mudança seria através do Estado, com melhorias na qualidade de vida das pessoas, através de investimentos sociais, investimentos locais, geração de renda e inclusão. Era isso o que o morador esperava, algo definitivo e em grande escala, com verdadeiro impacto social em suas vidas! E se o projeto UPP era grande, por que as políticas públicas não poderiam ser? Não foi isso o que ocorreu! Não houve políticas públicas.

E hoje, perguntamos: qual o legado da UPP para o morro da mineira? Legado, não deixou nenhum, de forma direta – resta expor esta conclusão!

A UPP do Morro da Mineira, para algumas observações externas, levou os créditos pela chegada de projetos paralelos e pontuais à comunidade, como de reformas e das clínicas da família no bairro do Catumbi, a reforma da quadra. A UPP pode ter ajudado durante um período a amenizar a sensação de medo, propiciando para alguns

atores sociais alguma sensação de segurança, de comunidade pacificada, influenciando a chegada de investimentos privados.

Há de se levar em conta também a localização geográfica tanto da quadra, que fica logo no início da Mineira, quanto à localização do próprio morro na região central do Rio. A localização geográfica e o acesso ao campo também facilitaram.

A Clínica da Família não é uma política necessariamente agregada ao projeto da UPP. Basta ver que nem toda comunidade que tem Clínica da Família é pacificada. Tomemos como exemplo a Favela Nova Holanda no conjunto de comunidades da Maré que apesar dos altos graus de ocorrências policiais não teve UPP. Houve, sim, a promessa para instalação de uma base da UPP no complexo da Maré, e junto a isso viriam as projeções para implementações de programas de saúde, além da Clínica da Família. Todavia, a Maré já contava com um batalhão de polícia militar, o vinte e dois, batalhão responsável pelas operações locais. A promessa de pacificação ficou no papel, os programas de saúde foram a diante, o que leva ao entendimento de que o programa UPP era de controle da violência a partir de um aparato de força, tendo em vista a não instalação da UPP naquele território.

Quando tratamos da biblioteca que atendia a jovens, crianças e adultos, proporcionando-lhes uma visão mais expansiva de mundo, foi um projeto entre moradores e a Associação, que contou com parcerias pontuais.

Nem tampouco a Drogaria pode ser considerada um legado, pois esta faz parte de uma iniciativa promovida pela ideia da oferta e procura, ou seja, ela atende a uma necessidade local, observada através de uma visão econômica, mas que, também se encontra fortalecida na ideia de pacificação.

As aulas de balé e xadrez lecionadas por policiais da UPP também sucumbiram.

Então, legado direto não deixou. A biblioteca hoje não recebe recursos, a quadra sobrevive através do empenho único dos moradores e da associação, a drogaria ainda contempla o local, porém como dito antes a oferta e procura se harmonizam para sua permanência. Mas não desconsideramos a ideia de que uma comunidade pacificada atraia investimentos e implantação de projetos.

O Instituto Pereira Passos através da UPP Social fazia o levantamento de demandas da comunidade, e até foi um canal importante para a entrada de projetos, mas a UPP como projeto de integração e aproximação esteve mais ocupada, no geral, no controle de território. Dessa forma, quando se pensa em controle acaba-se perdendo ou

esquecendo que uma mudança através da cultura, educação, esportes teria impacto mais profundo e positivo.

Quando a UPP saiu, e desceu o morro, o sentimento de decepção veio na mesma proporção que a esperança inicial, quando na sua chegada. A parceria entre alguns policiais com o projeto foi importante, mas não suficiente. As ações violentas acabavam se sobrepondo a estas atividades. Ali o medo já superou a esperança, diferente de quando o projeto se iniciou.

O morador não deixa de esperar, acreditar em uma política pública que atenda a comunidade da mesma forma que atende à zona sul, ou até mesmo a rua do final da sua escadaria ou da sua ladeira. Que o morro não seja visto com olhar preconceituoso e já precedido de julgamentos, que o favelado não seja visto primeiro como suspeito, que sua cultura, sua forma de se vestir, de andar, não sejam motivos para marginalização.

O morador acreditou na UPP e foi sustentando as violações e arrepios aos seus direitos, foi aguardando por políticas públicas, com a paciência trabalhada há décadas. Mas ter paciência não quer dizer permanecer na inércia, pois esse povo, desde a fundação do morro, lá na época da Dona Mineira, aprendeu que só com sua luta sobreviveria.

Porém sua liberdade já estava sendo ameaçada e o morador foi percebendo que a UPP estava mais preocupada em regular, em controlar, do que em pacificar. Afinal, pacificar não é somente retirar a criminalidade e tomar o território. A ideia de pacificar foi logo relacionada ao carro blindado da PM de cor branca, também chamado de Pacificador, que circulava pelo morro com seus fuzis apontados para todos os lados. Esta pacificação começou a gerar medo e desconfiança.

Ainda assim, não é correto, de forma alguma, afirmar que o morador desejava o fim da UPP. Desejava, sim, a entrega do que foi prometido. Mas para isso acontecer, a política de segurança pública deve fazer jus ao seu nome e dar ao povo segurança de empregabilidade, de saúde, renda, lazer, de preservação de direitos; não levar a insegurança de uma bala perdida. A UPP foi retirada, restou um espaço vazio, um terreno, e sobraram tiroteios, pois ainda hoje a Mineira paira nas páginas policiais:

- Em agosto de 2020 o morro da Mineira sofreu uma nova tentativa de invasão, registrando intenso tiroteio (EXTRA, 2020);
- Em maio de 2022 registrou-se nova tentativa de invasão por facções rivais (O DIA, 2022);
- Em dezembro de 2022 houve outra tentativa de invasão com seis suspeitos mortos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2022).



Ao povo da comunidade mineirense, resta acreditar na força de seu povo, do compromisso da sua associação de moradores e continuar acreditando em uma guinada nas políticas públicas. Pois se há uma coisa que o povo jamais perde que é a força e a esperança. Um dos maiores obstáculos das UPP's foi vencido, que era a ideia de um corpo fardado em seus bicos e vielas, aquele mesmo corpo fardado executor de tantos abusos, mas o morador acreditou, e no início, projetos foram implantados, a UPP abria portas através de sua comercializada pacificação.

Faltaram políticas públicas, compromisso e desejo do Estado em entregar uma nova polícia, um novo corpo fardado que entenda a favela como lugar de direito e respeito. Faltou isso!

Em janeiro de 2022 um novo programa de segurança pública foi implantado no Rio, especificamente na Favela do Jacarezinho, uma comunidade que foi cenário da maior chacina em operações policiais em 2021. O programa chama-se Cidade Integrada e foi concebido na gestão Cláudio Castro. Prevê a inserção de políticas públicas, incentivo à geração de renda na favela, através de negócios locais e a construção de moradias populares. Tal projeto surge reproduzindo equívocos do seu antecessor, em especial no que se refere aos abusos cometidos pelas forças de segurança pública. Nada mudou na formação dos policiais. Prevalece a mesma visão sobre a favela. O morro permanece como uma ameaça à Cidade, não como parte dela.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício. A evolução urbana do Rio de Janeiro - 3 ed. - Instituto Pereira Passos, RJ, 2013.
- ALMEIDA, Denise Ribeiro de. “O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade”. *Revista Formadores: Vivências e Estudos*, Cachoeira-BA, v. 7 n. 1, p. 74-77, Jun. 2014.
- ARENDT, Hannah, *Da violência*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.
- BARCELLOS, Caco. *Abusado: O dono do morro Dona Marta*, Ed. Record, RJ, 2003.
- BARREIRA Marcos, BLANK Javier, BRITO Felipe, BOTELHO Maurilio, GOMEZ André. Até o Último Homem: Visões cariocas da administração armada da vida social. Rio de Janeiro. Coleção: Estado de Sítio. Ed. Bom Tempo. 2013.
- CABELEIRA, Mayara Martini de. “UPP e UPP Social: novas políticas, outras polícias”. *Ecopolítica*, 5: jan-abr, 2013., p. 170
- CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. 3 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CANO, Ignácio. BORGES, Dorian. RIBEIRO, Eduardo. *Os donos do morro*. Rio de Janeiro: LAV UERJ 2012.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri, VOLOCHKO, Danilo. ALVAREZ, Isabel Pinto. *A cidade como negócio*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- CORRÊA, Roberto. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- CRESWELL, J.W.W. *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- DALLARI, D.A. *Dificuldades para a Implementação dos Direitos Humanos*. In: BITTAR, E.C.B. *Direitos Humanos no Século XXI: Cenários de Tensão*. São Paulo: Forense Universitária, 2009.
- DURKHEIM, Émile, 1858-1917. *A educação moral*. Tradução de Raquel Weiss. 2. ed. – Petrópolis: Vozes, 2012 (coleção sociologia).
- ESQUIVEL, A. P. Prefácio. In: MOSCA, J. J.; AGUIRRE, L. P. *Derechos Humanos: Pautas para Uma Educación Libertadora*. Uruguai: Mosca Hnos S.A. 1985.
- FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; PENNA, Nelba Azevedo. “Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana”. *Revista GEOUSP – Espaço e Tempo*. São Paulo. n. 18, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*, tradução de Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis: 2014.

GONZALEZ REY, F. L. El de las emociones em la constitucion social de lo psiquico, el aporte de Vigotski. *Educ. Soc.* v. 21, n. 71, p.132-148, 2000

GIOVANNI, G. *As estruturas elementares das políticas públicas*. 2009 Disponível em: <[Detalhes do Material \(unicamp.br\)](#)> Acesso em: 04 nov 2022

HAESBAERT, R; LIMONAD, E. “O território em tempos de Globalização”. *Revista ETC / Espaço, Tempo e Crítica*, Rio de Janeiro, ago. 2007, vol. 1.

KLIKSBERG, B. *Como enfrentar a pobreza e a desigualdade? Uma perspectiva internacional*. São Paulo (SP), Ed. Fundação Perseu Abramo, 2012. Disponível em: <[miolo BernardoKliksberg.indd \(fpabramo.org.br\)](#)> Acesso em: 06 out 2022

LIEBSCHER, P. “Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods in a LISMaster’s program”. *Library Trends*, v. 46, n. 4, p. 668-680, 1998.

MANSO, Bruno. *A república das milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Todavia, 2020.

MARAFON, Glaucio. SANTOS, Angela. SANT’ANNA, Maria. *Rio de Janeiro: Um território em mutação*. Rio de Janeiro: Gramma, 2012.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. “Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?” *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.

MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*. São Paulo : Martins Fontes, 2000.

MUSUMECI, Leonarda. “UPP: Última Chamada, visões e expectativas dos moradores de favelas ocupadas pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, agosto de 2017”. In: *O Espaço Urbano*, de Roberto Lobato Corrêa. Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1995.

NETO, Luciano, *Hegemonia e política de estado*. Petrópolis: Vozes, 1988.

OLIVEIRA, M. M.; CARVALHO, C. P. (2017) “A implementação de uma política educacional de combate ao fracasso escolar: percepções e ações de agentes implementadores em uma escola municipal do Rio de Janeiro”. In: *Boletim de Análise Político-Institucional*, IPEA. Out/2017 Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8121> Souza, C. (2006) *Políticas Públicas: uma revisão da literatura* <[a03n16.pdf \(scielo.br\)](#)> Acesso em: 10 jul 2022.

POULANTZAS, Nicos, *Estado em crise*, Ed. Graal, RJ, 1977.

RAFFESTIN, Claude, *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993

- SOARES, Eduardo Luiz. *Segurança tem saída..* Rio de Janeiro: Sextante, 2006.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- SZABÓ, Riso. *Segurança pública para virar o jogo.* Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2018.
- VYGOTSKI, L. S. *A Formação Social da Mente.* São Paulo: Editora Martins Fontes, 4 ed. 1991.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações,* Editora Cultrix, São Paulo, 1999.

## SITES E PORTAIS.

A HISTÓRIA BEM NA FOTO. *Depoimento 5*, 2007. Disponível em: <<http://ahistoriabemnafoto05.blogspot.com/2007/09/depoimento-5.html>>. Acesso em: 03 jul 2021.

AMAURY JR. *Após fuzil, estátua de Michael Jackson aparece com boné da PM nas redes sociais*, 17.08.2017. Disponível em: <<https://amauryjr.blog.bol.uol.com.br/2017/08/17/apos-fuzil-estatua-de-michael-jackson-appece-com-bone-da-policia-militar-nas-redes-sociais/>>. Acesso em: 07 nov 2021.

BAFAFA. Disponível em: <<https://bafafa.com.br/turismo/historias-do-rio/michael-jackson-gravou-clip-no-morro-dona-marta-em-1996>>. Acesso em: 05 out 2021.

BRASIL. Planalto, 2022. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm)>. Acesso em: 07 ago. 2022.

BRASIL. Portal de Acesso à Informação, s.d. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/cndh/resolucoes/2012/resolucao-08-auto-de-resistencia#:~:text=Page%201-.RESOLU%C3%87%C3%83O%20N%C2%B0%2008%20DE%2021%20DE%20DEZ,EMBRO%20DE%202012,policiais%20e%20not%C3%ADcias%20de%20crime>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

BRASIL. Senado, s.d. Disponível em: <[https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/49/196/ril\\_v49\\_n196\\_p39.pdf](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/49/196/ril_v49_n196_p39.pdf)>. Acesso em: 07 nov. 2022.

EBC - AGÊNCIA BRASIL. *Unidade de Polícia Pacificadora de São Carlos terá 250 policiais*, 17.05.2011. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-05-17/unidade-de-policia-pacificadora-do-morro-de-sao-carlos-tera-250-policiais>>. Acesso em: 04 mar. 2022.

EL PAÍS BRASIL. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458\\_048104.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html)>. Acesso em: 05 dez 2022.

ENFOCO. Disponível em: <<https://enfoco.com.br/noticias/policia/a-uniao-do-traffic-e-a-despedida-de-uma-faccao-em-sao-goncalo-26461>>. Acesso em: 06 out 2021.

EXTRA. Globo.

EXTRA. Globo. *Estado inaugura mais 2 UPPs na Zona Norte e na Zona Sul*, 25.02.2011. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/estado-inaugura-mais-duas-upps-na-zona-norte-na-zona-sul-1152260.html>>. Acesso em 02 out 2021.

EXTRA. Globo. *Invasão do Morro da Mineira faz parte de plano da maior facção do Rio para retomar territórios perdidos*, 30.08.2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/invasao-do-morro-da-mineira-faz-parte-de-plano-da-maior-faccao-do-rio-para-retomar-territorios-perdidos-24614013.html>. Acesso em: 21 dez.2022.

EXTRA. Globo. *Milicianos cobram 30 por mês de taxa de segurança de moradores em dois bairros da Zona Norte do Rio*, s.d. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/milicianos-cobram-30-por-mes-de-taxa-de-seguranca-de-moradores-em-dois-bairros-na-zona-norte-do-rio-22529767.html>>. Acesso em: 08 set 2021.

EXTRA. Globo. *Moradores se mobilizam para reconstruir piscina do tráfico destruída pela PM no Juramento*, s.d. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/moradores-se-mobilizam-para-reconstruir-piscina-do-trafico-destruida-pela-pm-no-juramento-23250212.html>>. Acesso em: 04 dez 2021.

EXTRA. Globo. *Polícia Militar desativa base de UPP no Complexo de São Carlos*, s.d. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/policia-militar-desativa-base-de-upp-no-complexo-de-sao-carlos-23017121.html>>. Acesso em: 07 ago 2022.

EXTRA. Globo. *Traficantes ostentam fuzis dentro de piscina da Vila Olímpica de Honório Gurgel*, s.d. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/traficantes-ostentam-fuzis-dentro-da-piscina-da-vila-olimpica-de-honorio-gurgel-14298499.html>>. Acesso em: 06 nov 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Seis suspeitos são mortos em tentativa de invasão de favela no Rio*, diz polícia, 02.12.2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/12/seis-suspeitos-sao-mortos-em-tentativa-de-invasao-de-favela-no-rio-diz-policia.shtml>. Acesso em 21 dez.2022.

G1. *Dia sangrento deixa mortos pela cidade*, s.d. Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL23277-5606,00-DIA+SANGRENTO+DEIXA+MORTOS+PELA+CIDADE.html>>. Acesso em: 07 out 2021.

G1. Escritora *Nelida Piñon inaugura biblioteca no Morro da Mineira*, jul. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/escritora-nelida-pinon-inaugura-biblioteca-no-morro-da-mineira-rio.html>>. Acesso em: 06 set 2022.

G1. *Festas na laje em favelas com UPP fazem sucesso entre turistas no Rio*, jan. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/01/festas-na-laje-em-favelas-com-upp-fazem-sucesso-entre-turistas-no-rio.html>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

G1. *Maré ganha nova Clínica da Família com nome de garoto morto por bala perdida*, s.d. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/mare-ganha-nova-clinica-da-familia-com-nome-de-garoto-morto-por-bala-perdida.ghtml>>. Acesso em: 06 nov 2021.

G1. *Muro que separa linha vermelha de favela ganha painéis da Olimpíada*, jul. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/07/muro-que-separa-linha-vermelha-de-favela-ganha-paineis-da-olimpiada.html>> Acesso em: 04 ago 2021.

G1. *Policial do BOPE confunde furadeira com arma e mata morador do Andaraí*, mai. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/05/policial-do-bope-confunde-furadeira-com-arma-e-mata-morador-do-andarai.html>> Acesso em: 05 jun 2021.

G1. *Programa Cidade Integrada lançado há 4 meses pelo governo do RJ tem poucas mudanças visíveis no Jacarezinho*, 31.05.2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/31/programa-cidade-integrada-lancado-ha-4-meses-pelo-governo-do-rj-tem-poucas-mudancas-visiveis-no-jacarezinho.ghtml>>. Acesso em: 07 out 2022.

G1. *Tim Lopes: morte do jornalista completa 20 anos*, 02.06.2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/06/02/tim-lopes-morte-do-jornalista-completa-20-anos.ghtml>>. Acesso em: 07 ago 2021.

G1. *Veja como chegar ao sambódromo do Rio para os desfiles das escolas de samba*, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2018/noticia/veja-como-chegar-ao-sambodromo-do-rio-para-os-desfiles-das-escolas-no-carnaval-de-2018.ghtml>>. Acesso em: 03 set 2021.

GAZETA DO POVO. *Guerra do tráfico cria pânico, deixa mortos e feridos e leva terror a cemitério da Zona Norte*, s.d. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/guerra-do-traffic-cria-panico-deixa-mortos-e-feridos-e-leva-terror-a-cemiterio-na-zona-norte-ag2d98jqdodpo1j9nwc0oe72m/>>. Acesso em: 04 ago 2021.

GRANDE TIJUCA. *Moradores do Rio Comprido se assustam com troca de tiros no Morro dos Prazeres*, s.d. Disponível em:

<<https://grandetijuca.com.br/noticia/3840/moradores-do-rio-comprido-se-assustam-com-troca-de-tiros-no-morro-dos-prazeres.html>>. Acesso em: 03 nov 2021.

JUS BRASIL. Governo do Rio de Janeiro, s.d. Disponível em: <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/820571/lei-5588-09>>. Acesso em: 06 dez. 2021.

NEPP. UFRJ. Relatório Milícia, s.d. Disponível em: <[http://www.nepp-dh.ufrj.br/relatorio\\_milicia.pdf](http://www.nepp-dh.ufrj.br/relatorio_milicia.pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2022.

NOTÍCIAS SHELL, 394. Reports and Publications, 2014. Disponível em: <[https://www.shell.com.br/about-us/reports-and-publications/jcr\\_content/par/tabbedcontent/tab/textimage\\_1092141823.stream/1519760805712/071447a0f6321aa3e81606e23d94dbb77bd1f809/revista-noticias-shell-394-site.pdf](https://www.shell.com.br/about-us/reports-and-publications/jcr_content/par/tabbedcontent/tab/textimage_1092141823.stream/1519760805712/071447a0f6321aa3e81606e23d94dbb77bd1f809/revista-noticias-shell-394-site.pdf)> Acesso em: 08 dez. 2022.

NÚCLEO PIRATININGA. *Manifestação de professores em greve e reprimenda com bombas de gás, balas de borracha, cães e cassetetes*, s.d. Disponível em: <<https://nucleopiratinga.org.br/manifestacao-dos-professores-em-greve-e-reprimida-com-bombas-de-gas-balas-de-borracha-caes-e-cassetete/>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

O DIA, IG. *Bonde dos Carecas toca o terror no São Carlos*, 02.08.2013. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-08-02/bonde-dos-carecas-toca-o-terror-no-sao-carlos.html>>. Acesso em: 03 nov 2021.

O DIA, IG. *Tiroteio entre criminosos assusta moradores no Morro da Mineira*, mai.2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/05/6398275-tiroteio-entre-criminosos-assusta-moradores-no-morro-da-mineira.html>. Acesso em: 21 dez. 2022.

O DIA, IG. *UPP São Carlos vai acabar*, abr. 2018. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/04/5534836-upp-sao-carlos-vai-acabar.html>>. Acesso em: 05 nov 2021.

O GLOBO. *Complexo do Alemão tem novos confrontos perto de torre blindada*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/complexo-do-alemao-tem-novos-confrontos-perto-de-torre-blindada-21417314> . Acesso em: 05 set 2021.

O GLOBO. *Foto de estátua de Michael Jackson com um fuzil no Morro Dona Marta viraliza*, s.d. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/foto-da-estatuade-michael-jackson-com-um-fuzil-no-morro-dona-marta-viraliza-21703330>>. Acesso em: 04 abr 2021.

OLHAR DIGITAL. *Quadrilhas são responsáveis por fornecer internet em favelas do Rio de Janeiro*, 29.03.2022. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/2022/03/29/internet->



[e-redes-sociais/quadrilhas-sao-responsaveis-por-fornecer-internet-em-favelas-do-rj/](https://www.rio.rj.gov.br/web/sms/exibeconteudo?id=6450333)>.

Acesso em: 11 ago 2022.

PROJETO COLABORA, s.d. Disponível em:  
<<https://projetocolabora.com.br/ods6/cheiro-de-esgoto-na-rocinha/>>. Acesso em: 11 dez 2021.

RACISMO AMBIENTAL. Disponível em:  
<<https://racismoambiental.net.br/2017/01/20/um-mergulho-na-historia-o-nascimento-e-formacao-do-complexo-da-mare/>>. Acesso em: 06 out. 2022.

REVISTA FORUM. *UPPs* – os cinco motivos que levaram à falência o maior projeto do Governo Cabral, 02.12.2014. Disponível em:  
<<https://revistaforum.com.br/direitos/2014/2/12/upp-os-cinco-motivos-que-levaram-falncia-maior-projeto-do-governo-cabral-8656.html>>. Acesso em: 07 nov 2021.

RIO DE JANEIRO, s.d. Disponível em:  
<<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?id=4677425#:~:text=As%20tr%C3%AAAs%20grandes%20unidades%20de, Augusto%20Boal%2C%20inaugurada%20em%202010>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

RIO DE JANEIRO. *Cidade Integrada*, s.d. Disponível em:  
<[https://www.cidadeintegrada.rj.gov.br/sites/cidade-integrada/files/arquivos\\_paginas/Revista%20CidadeIntegrada%20\(1\)\\_compressed.pdf](https://www.cidadeintegrada.rj.gov.br/sites/cidade-integrada/files/arquivos_paginas/Revista%20CidadeIntegrada%20(1)_compressed.pdf)>.  
Acesso em: 07 out. 2022.

RIO DE JANEIRO. Multirio. *O Aterro do Flamengo, marco paisagístico*, s.d. Disponível em:  
<<https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/3358-o-aterro-do-flamengo-marco-paisagistico#:~:text=O%20Rio%20nas%20d%C3%A9cadas%20de,realizados%20na%20Ba%C3%ADa%20de%20Guanabara>>. Acesso em: 05 jun 2021.

RIO DE JANEIRO. Polícia Civil, s.d. Disponível em:  
<<http://www.pcrj.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?id=4854366>>. Acesso em: 09 nov. 2022.

RIO DE JANEIRO. *Rio chega à marca de 106 clínicas da família inauguradas*, 30.09.2006. Disponível em:  
<<http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/exibeconteudo?id=6450333>>. Acesso: em 05 set.2022.

SBT NEWS. *Vídeo filma abuso de policial de UPP no Morro da Mineira*, 09.01.2013. Disponível em: <<https://www.sbtnews.com.br/noticia/sbt-brasil/45652-rj-video-filma-abuso-de-policial-de-upp-no-morro-da-mineira>>. Acesso em: 05 dez 2021.

SOCIOLOGIA.COM. Disponível em: <<http://www.sociologia.com.br/emile-durkheim/>>. Acesso em: 04 nov 2021.

TUPI FM. Disponível em: <<https://www.tupi.fm/sentinelas/criancas-a-caminho-da-escola-disputam-passagem-em-viela-com-trafficante-morto-carregado-em-lencol/>>.

Acesso em: 05 nov 2021.

WIKIFAVELAS. Disponível em: <[https://wikifavelas.com.br/index.php/Morro\\_da\\_Mineira](https://wikifavelas.com.br/index.php/Morro_da_Mineira)>. Acesso em: 05 nov 2021.

## ANEXO I - QUESTIONÁRIO QUALITATIVO

O presente questionário preserva a identidade do entrevistado, garantindo-lhe o anonimato, onde sua identificação é dada por número. Exemplo: entrevistado 1, 2, 3...

O tema objeto, também, não traz qualquer constrangimento ou intimidação ao entrevistado, visto que se trata de uma política pública do Estado, nesse caso a política de segurança pública adotada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro no final da primeira década do ano 2000, UPP.

Nome:

Idade:

Sexo:

1. O anúncio e a chegada da UPP gerou qual expectativa para você? E qual o seu entendimento de respeito do termo UPP?

2. Houve alguma diferença no modo de policiamento utilizado antes e depois da UPP?

3. No que se refere aos direitos fundamentais como: educação, saúde, lazer e moradia, houve algum empenho por parte do Estado para que essas prerrogativas da lei fossem garantidas e promovidas a reboque desta política de segurança pública (UPP)?

4. A mídia anunciava a entrada de investimentos e serviços privados nestas comunidades, como bancos, comércios, que garantiriam, além da geração de empregos à população local.

Para você, houve a realização do que foi anunciado?

5. Em relação a obras de infraestrutura, saneamento básico e pavimentação, houve algum investimento? Se houve, teve continuidade, manutenção, atendeu a comunidade como um todo, ou somente ficou na fachada?

6. A UPP, como política de segurança pública, na sua opinião, ocorreu como meio de domínio de território com objetivo de controle, ou veio integrar este território à cidade?

7. Sobre a saída da UPP, qual sentimento você pode relatar?